

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HEITOR PINHEIRO BARCELOS

**GERENCIAMENTO DE RISCO E HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM
COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

CURITIBA

2018

HEITOR PINHEIRO BARCELOS

**GERENCIAMENTO DE RISCO E HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM
COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Orientador: Prof^o. Dr. Romualdo Douglas Colauto

CURITIBA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Barcelos, Heitor Pinheiro

Gerenciamento de riscos e honorários de auditoria em companhias
brasileiras de capital aberto / Heitor Pinheiro Barcelos.- 2018.

94 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientador: Romualdo Douglas Colauto.

Defesa: Curitiba, 2018.

1. Gerenciamento de riscos. 2. Capital aberto. 3. Auditoria. I.
Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas.
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. II. Colauto, Romualdo
Douglas. III. Título.

CDD 658.15110981



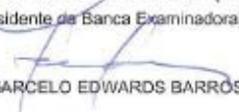
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONTABILIDADE

TERMO DE APROVAÇÃO

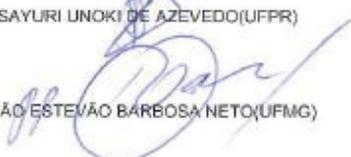
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **HEITOR PINHEIRO BARCELOS**, intitulada: **GERENCIAMENTO DE RISCO E HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 30 de Agosto de 2018.


ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


CLAUDIO MARCELO EDWARDS BARRÓS(UFPR)


SAYURI UNOKI DE AZEVEDO(UFPR)


JOÃO ESTEVÃO BARBOSA NETO(UFPR)

A Deus por tudo que me proporciona na vida.

À minha mãe e meu pai, os quais amo muito, pelo exemplo de vida e família.

A meus irmãos por tudo que me ajudaram até hoje, pela compreensão e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força espiritual para a realização deste trabalho, que me concedeu a capacidade de continuar, com sabedoria, inteligência e fé, apesar dos obstáculos que se apresentaram.

Aos meus pais, Evaldo e Maria do Socorro, pela educação, ajuda, apoio e incentivo, em especial o carinho, primordiais para a conclusão de mais essa etapa,

Aos meus irmãos Marlos e Arthur pela ajuda, compreensão e paciência.

A Júlia pelo incentivo, companheirismo e apoio nesta trajetória.

Ao meu orientador Romualdo Douglas Colauto pela colaboração, incentivo, apoio e por ter confiado em minha capacidade ajudando na realização deste trabalho.

Aos professores Cláudio Marcelo Edwards Barros, Sayuri Unoki de Azevedo e João Estevão Barbosa Neto pela participação na banca de qualificação e defesa. Agradeço pelas ideias, críticas e sugestões que contribuíram para o aprimoramento e finalização desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso.

Agradeço, também, aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Márcio e Camila.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela cumplicidade, ajuda e amizade.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A gestão de riscos e controles internos além de importantes ferramentas para a integridade das empresas e das informações contábeis são base para que os auditores externos avaliem o grau de confiança e a extensão dos seus trabalhos para a determinação dos honorários. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo identificar a relação entre honorários de auditoria e divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos em empresas que negociam na B³. Para isto, foi elaborada uma métrica para avaliar a divulgação das políticas de gerenciamento de riscos e controles internos, composta por 17 requisitos dispostos em três seções: políticas de gerenciamento de riscos; políticas de gerenciamento de riscos de mercado; e controles internos. A amostra do estudo compreende 366 empresas que divulgaram informações acerca das políticas de gerenciamento de riscos e controles internos em seus Formulários de Referência no ano de 2016. A análise de dados foi conduzida por meio de estatística descritiva, análise de correlação linear, aplicação de testes não paramétricos e abordagem de regressão multivariada. Os resultados apontaram que os controles internos são os requisitos de maior divulgação pelas companhias, enquanto as Políticas de gerenciamento de risco de mercado são os requisitos com menor nível de divulgação. Com relação ao Índice de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos (IGRCI), o resultado mostra que existe diferenças estatisticamente significativas entre a classificação do IGRCI por quintis, ou seja, as empresas que estão no quintil Q5 apresentam quatro vezes o valor das empresas representadas no quintil Q1. Com base na estatística de *Mann-Whitney*, os resultados indicaram que as empresas com melhor IGRCI são as que pagam mais honorários de auditoria. Este mesmo resultado foi encontrado para as demais variáveis de controle do estudo, exceto para a variável relativa ao primeiro ano de contrato de auditoria, no qual a relação encontrada foi negativa. Na análise multivariada, as variáveis relativas ao tamanho, nível de governança, setor regulado, complexidade por meio da presença de subsidiárias e a firma de auditoria ser uma *Big Four* foram as variáveis que apresentaram significância estatística. A variável independente IGRCI apresentou significância estatística e sinal positivo em relação aos honorários de auditoria. Este resultado refuta a hipótese de que os honorários de auditoria cobrados pelas firmas de auditoria em companhias que negociam na B³ tendem a ser menor de acordo com a divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das empresas.

Palavras-chave: Riscos; Gerenciamento de riscos; Controles internos; Índice; Honorários de auditoria.

ABSTRACT

Risk management and internal controls as well as important tools for the integrity of companies and accounting information are the basis for the external auditors to assess the degree of confidence and the extent of their work for the determination of fees. In this context, the research aims to identify the relationship between audit fees and disclosure of risk management policies and internal controls in companies that deal in B³. For this, a metric was developed to evaluate the disclosure of the policies of risk management and internal controls, composed of 17 requirements arranged in three sections: risk management policies; market risk management policies; and internal controls. The study sample comprised 366 companies that disclosed information about risk management policies and internal controls in their Reference Forms in the year 2016. Data analysis was conducted through descriptive statistics, linear correlation analysis, test application non-parametric and multivariate regression approaches. The results pointed out that internal controls are the requirements of greater disclosure by companies, while the Market Risk Management Policy are the requirements with lower level of disclosure. With respect to the Risk Management and Internal Controls Policy Index (IGRCI), the result shows that there are statistically significant differences between the IGRCI classification by quintiles, that is, companies that are in the Q5 quintile present four times the value of the companies represented in the quintile Q1. Based on the Mann Whitney statistic, the results indicated that firms with the best IGRCI are the ones that pay the most audit fees. This same result was found for the other control variables of the study, except for the variable relative to the first year of audit contract, in which the relation found was negative. In the multivariate analysis, the variables related to size, governance level, regulated sector, complexity through the presence of subsidiaries and the audit firm being a Big Four were the variables that presented statistical significance. The independent variable IGRCI presented statistical significance and positive sign in relation to audit fees. This result refutes the hypothesis that audit fees charged by audit firms in companies trading on B3 tend to be lower in line with the disclosure of company risk management policies and internal controls.

Keywords: Risks; Risk management; Internal controls; Index; Audit fees.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MODELO DA PESQUISA	45
-------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUINTIS DO IGRCI.....	67
-----------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CATEGORIAS DE RISCOS EVIDENCIADOS	22
QUADRO 2 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS E PROXIES UTILIZADAS EM PESQUISAS SOBRE HONORÁRIOS DE AUDITORIA	41
QUADRO 3 - ITENS DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA - SEÇÕES 4 E 5	47
QUADRO 4 - MÉTRICA DE DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	48
QUADRO 5 - TIPOS DE INFORMAÇÕES E RESPECTIVOS SIGNIFICADOS	49
QUADRO 6 - RESUMO DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SELEÇÃO DA AMOSTRA	52
TABELA 2 - TESTE DE NORMALIDADE	59
TABELA 3 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DO ESTUDO	61
TABELA 4 - PONTUAÇÃO DAS EMPRESAS EM RELALÃO AOS ITENS DO IGRCI.....	64
TABELA 5 - PONTUAÇÃO GERAL POR SEÇÃO DAS EMPRESAS EM RELAÇÃO AOS ITENS DO IGRCI.....	66
TABELA 6 - QUINTIS DO IGRCI.....	67
TABELA 7 - DIFERENÇA DE MÉDIAS ENTRE OS QUINTIS DO IGRCI.....	68
TABELA 8 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA.....	69
TABELA 9 - MÉDIAS DE SCORE DE HONORÁRIOS DE AUDITORIA E MÉDIAS DO IGRCI	70
TABELA 10 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA O IGRCI.....	71
TABELA 11 - MÉDIAS DE SCORE DE HONORÁRIOS DE AUDITORIA E MÉDIAS DO TAMANHO DAS EMPRESAS.....	71
TABELA 12 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA O IGRCI.....	72
TABELA 13 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA A GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	72
TABELA 14 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA O SETOR.....	72
TABELA 15 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA A AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS	73
TABELA 16 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA A FIRMA DE AUDITORIA.....	73
TABELA 17 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA O PRIMEIRO ANO DE AUDITORIA.....	74
TABELA 18 - ESTATÍSTICA MANN WHITNEY DE DIFERENÇA DE MÉDIAS PARA A COMPLEXIDADE	74
TABELA 19 - MODELO DE REGRESSÃO DA AMOSTRA	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADR	<i>American Depositary Receipt</i>
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
B³	Bolsa, Brasil, Balcão
BCB	Banco Central do Brasil
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FERMA	<i>Federation of European Risk Management Association</i>
IAN	Informações Anuais
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
SAS	<i>Statement on Auditing Standards</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA DA DISSERTAÇÃO.....	17
1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	20
2. REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 RISCO E FATORES DE RISCO	21
2.2 GERENCIAMENTO DE RISCO	27
2.3 CONTROLES INTERNOS.....	31
2.4 HONORÁRIOS DE AUDITORIA	33
2.5 HIPÓTESE DE PESQUISA.....	42
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	44
3.2 ÍNDICE DE POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	45
3.3 VALIDAÇÃO DO ÍNDICE DE POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	50
3.4 AMOSTRA E COLETA DE DADOS	50
3.5 TRATAMENTO ESTATÍSTICO	53
3.6 VARIÁVEIS DE CONTROLE.....	54
3.7 TESTE DE NORMALIDADE.....	58
3.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	59
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	61
4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	61
4.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO IGRCI.....	63
4.3 ANÁLISE DE ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA.....	68
4.4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DE TESTES NÃO PARAMÉTRICOS	70
4.5 RESULTADOS DA ANÁLISE MULTIVARIADA	74
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	79
5.1 CONCLUSÕES.....	79

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	81
REFERÊNCIAS.....	83

1. INTRODUÇÃO

O crescimento contínuo na exigência de informação das companhias pelo mercado de capitais demonstra a necessidade de maiores níveis de *disclosure* por parte das empresas no propósito de garantir maior proteção aos investidores. Ou seja, as empresas devem, por meio de sua administração, observar melhores práticas de gestão e controle de suas companhias, bem como divulgar tais procedimentos ao mercado (Fernandes, Souza & Faria, 2010; Cunha, Orestes & Fernandes, 2011; Klann, Kreuzberg & Beck, 2014).

A evidenciação de informações torna-se relevante tanto por parte dos órgãos reguladores, como por parte dos *stakeholders* e companhias que tomam decisões, uma vez que a transparência de informações proporciona benefícios ao mercado de uma forma geral (Lanzana, 2004; Cardoso, Mendonça Neto & Riccio, 2004; Fernandes, Souza & Faria, 2010). Nesse sentido, Linsley, Shrivies e Philip (2005) destacam que a maior transparência dos riscos melhora a capacidade das partes interessadas de gerenciar suas posições de risco. O *disclosure* desses elementos é fundamental para auxiliar no processo decisório dos diferentes usuários dessas informações (Beuren, Dallabona & Dani, 2011).

Pereira (2006) expõe ser notório que todos os agentes econômicos, incluindo as organizações empresariais, estejam submetidos a risco endógenos, ou seja, aqueles que são gerados pela própria atividade ou riscos exógenos, provocados por atividades externas ou azar. Assim, denomina-se análise de riscos os estudos dos eventos que têm efeitos sobre a atividade da empresa. Nesse sentido, Cardoso et al. (2004) observam uma maior preocupação por parte dos administradores com o gerenciamento de risco das corporações que dirigem.

A gestão de riscos inerente à atividade empresarial permite uma visão diferenciada no contexto dos negócios, sendo uma forma de identificar os eventos que possam ter consequências financeiras adversas. Por isso, as empresas devem procurar mecanismos para prevenir ou minimizar o perigo causado por tais eventos. Administrar os eventos que possam ameaçar o alcance dos objetivos da empresa significa buscar os resultados almejados, minimizando os impactos de eventos negativos (Famá, Cardoso & Mendonça Neto, 2002; Zonatto & Beuren, 2010).

Nesse cenário, os escândalos corporativos que ocorreram nas últimas décadas envolvendo organizações de notoriedade mundial (Enron, Parmalat, WorldCom e outras) têm aumentado a relevância temática da gestão de risco, assim como a relevância da contabilidade, auditoria e dos

controles internos (Vinnari & Skaerbaek, 2014). Logo, os gestores do século XXI se utilizam de estratégias de implementação e aprimoramento dos controles internos a modelos eficazes de gestão de risco e políticas para amenizar incertezas e riscos existentes nos negócios (Martin, Santos & Dias Filho, 2004; Monteiro, 2015).

Com a expansão dos negócios no cenário mundial, as empresas passaram a necessitar de uma estrutura interna mais forte, uma efetiva segurança nos processos com normas e procedimentos internos para alinhar a prática empresarial (Lélis & Mario, 2009). A auditoria tem papel importante neste processo, sendo capaz de reforçar a confiabilidade das demonstrações financeiras e do controle interno das empresas, fornecendo mais segurança aos usuários, ao mesmo tempo em que potencializa sua função social de redutora de riscos (Santos & Grateron, 2003; Bortolon, Sarlo Neto & Santos, 2013; Borges, Nardi & Silva, 2017).

Além da importância da auditoria na integridade das informações contábeis, existe a relação comercial existente entre a firma de auditoria e a empresa auditada, materializada pelo valor dos honorários. Nesse sentido, muitos estudos procuram identificar os determinantes dos honorários das auditorias independentes com o objetivo de entender como os auditores percebem seus clientes, percebem o risco e a complexidade das empresas auditadas (De Angelo, 1981; Gotti, Han, Higgs & Kang, 2011).

Vidal e Silva (2016) destacam que o nível de adequação dos controles internos de uma organização afeta diretamente o risco que a auditoria independente baseia suas considerações para testar a integridade das demonstrações contábeis. Ressalta-se que no Brasil não havia obrigatoriedade de divulgação dos riscos que as empresas estão expostas. No entanto, com o advento da Instrução n. 480/2009 e as atualizações proporcionadas pela Instrução n. 552/2014 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) as empresas são obrigadas a informar no Formulário de Referência as políticas de gerenciamento de riscos e controles internos utilizados (Comissão de Valores Mobiliários, 2009, 2014). Desse modo, o Formulário de Referência é visto como um instrumento que aumenta a qualidade e melhora a apresentação das informações, na medida em que procura não somente ampliar a quantidade de informações, mas também melhorá-las.

Em face do exposto, destaca-se que a importância de se pensar nas políticas de gerenciamento de risco e controles internos, considerando as informações que possam influenciar o planejamento dos testes de auditoria, e assim afetar os honorários de auditoria cobrados pelo trabalho realizado. Considera-se que o risco está relacionado como um determinante dos custos de auditoria, que pode

ser influenciado pelos os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, assim como pela adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Desta forma, diversas pesquisas procuraram identificar se os honorários de auditoria teriam alguma relação com risco. Destaca-se o estudo realizado por Houston, Peters e Pratt (1999), no qual os autores concluíram que os auditores tendem a cobrar um prêmio de risco que dependerá da natureza dos riscos presentes em cada empresa. Outro fator apontado como determinante dos honorários de auditoria se refere a existência de controles internos nas empresas auditadas. Goodwin-Stewart e Kent (2006) constataram que as empresas com deficiências nos seus sistemas de controles internos tendem a suportar honorários de auditoria superiores devido ao maior risco de controle/conformidade. Por outro lado, Felix, Gramling e Maletta (2001) evidenciaram que quanto maior a contribuição do departamento de controle interno na elaboração da certificação externa, menores serão os valores cobrados pela empresa auditora.

Nesse contexto, esta proposta de estudo vai ao encontro das literaturas que destacam a relevância da adequação dos controles internos a modelos eficazes de gestão de risco e políticas como forma de amenizar incertezas e riscos, o que incluem a perspectiva de informações mais confiáveis por meio da auditoria. A preocupação central deste estudo está em avaliar divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos para mostrar se divulgação é capaz de alterar os honorários de auditoria cobrados pelas empresas diante do pressuposto de uma relação negativa entre estas duas variáveis, ou seja, as empresas que divulgassem suas políticas de gestão de riscos e controles internos em níveis maiores teriam um menor custo de auditoria.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando o conteúdo do que foi exposto, a questão de pesquisa consiste em verificar: **qual a relação entre os honorários de auditoria e a divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos divulgadas pelas companhias que negociam na B³?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo consiste em identificar a relação entre honorários de auditoria e divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos em empresas que negociam na B³.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Elaborar uma métrica para mensurar a divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos para companhias brasileiras de capital aberto;
- b) Mapear o índice de divulgação de fatores de risco em companhias brasileiras de capital aberto;
e
- c) Analisar a relação entre o índice de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos e os honorários de auditoria em companhias brasileiras de capital aberto que negociaram ações na B³ no período de 2016.

1.3 JUSTIFICATIVA DA DISSERTAÇÃO

O estudo justifica-se pela relevância de discussão das temáticas de gestão de riscos e controles internos no ambiente empresarial e busca contribuir a estas áreas de estudo mediante a investigação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos apresentadas pelas empresas perante sua relação com os honorários de auditoria cobrados. Nesse contexto, normas internacionais e nacionais tratam da importância de avaliação dos riscos e controles internos no processo de auditoria independente. De acordo com a *Statement on Auditing Standards* - SAS n. 107 (2006), o auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção relevante no nível das demonstrações contábeis e para classes de transações, saldos de conta e divulgações a fim de fornecer uma base para a concepção e a execução de procedimentos de auditoria. Esta base pode ser obtida através dos procedimentos de avaliação de risco e do seu ambiente, incluindo os seus controles internos, e através da realização de testes adequados para obtenção de evidências de auditoria sobre a eficácia operacional dos controles, quando apropriado. No âmbito nacional, a Resolução CFC n. 1.212/2009 salienta a importância do entendimento e avaliação da estrutura de controles internos, além de identificar os riscos relevantes

de uma empresa o auditor deve avaliar, entre outros aspectos, fatores de riscos inerentes ao segmento em que a empresa está enquadrada e a sua forma de financiamento (Conselho Federal de Contabilidade, 2009).

Boynton, Johnson e Kell (2002) apresentam um processo de definição da extensão dos trabalhos de auditoria no qual se inicia com o auditor avaliando os riscos inerentes ao negócio da companhia. Posteriormente, ele busca entender os controles internos da entidade, cuja a eficácia ele pode decidir testar. Após considerar os riscos inerentes e de controle, ele faz um julgamento sobre o risco de que a informação financeira sobre a afirmação que será auditada contenha erros ou classificações indevidas materiais, e com base nisto ele estabelece planejamento e extensão dos procedimentos de auditoria.

Nesse sentido, torna-se possível supor que empresas com maiores riscos, sejam estes relacionados à estrutura de controles internos ou ao perfil da empresa, exigem dos auditores maiores evidências de auditoria e testes a serem executados. Maiores evidências de auditoria acarretam, provavelmente, em maiores custos em termos de horas trabalhadas pelas firmas de auditoria. Neste caso, considera-se razoável a suposição de que estes fatores possivelmente serão considerados pelo auditor na definição dos seus honorários de auditoria.

Esta percepção corrobora-se com pesquisa realizada por Vidal e Silva (2016) a partir da percepção dos Auditores Externos sobre adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. Os autores relatam que dentre os benefícios que os controles internos podem trazer, esta estrutura pode aumentar o nível de confiança das informações relevantes, levando maior credibilidade ao mercado, possibilitando que a auditoria externa não precise estender em seus procedimentos e testes substantivos. Uma vez que não há extensão dos testes substantivos, a equipe de auditoria pode honrar com seu compromisso na entrega dos relatórios financeiros dentro do prazo acordado e não precisa desembolsar em mais gastos para a execução de testes adicionais. Nessa perspectiva, Monteiro (2015) ressalta que dentre as principais barreiras para a implementação de controles internos está a falta de uma cultura de gestão ao risco.

Conhecer as práticas de gestão de risco e controles internos das empresas se demonstra importante no sentido de que estas interferem na reputação financeira e de mercado das empresas, quando as empresas são expostas à avaliação de risco pelos analistas de mercado e investidores. A B³, a CVM, Auditores, Órgãos Reguladores, além dos investidores interessados nas informações divulgadas pelas empresas que negociam suas ações no mercado nacional poderão analisar o impacto

dessas informações sobre os resultados econômico-financeiros gerados em benefício deste estudo. Acredita-se que esta pesquisa sobre a relação existente entre as políticas de gerenciamento de risco e controles internos para com os honorários de auditoria mostre o potencial das melhores práticas de gestão de riscos e controles pelas empresas frente ao planejamento e remuneração dos trabalhos de auditoria externa.

Jubb, Houghton e Butterworth (1996) examinaram partes componentes de construção do risco e medidas relacionadas associadas com risco na modelagem dos honorários de auditoria, e concluíram que o “risco do negócio” e o “risco de auditoria” estão relacionados e que ambos devem ser incluídos nos modelos de honorários de auditoria. A avaliação dos riscos é uma etapa de grande importância na condução da auditoria e contribui efetivamente para a execução de um trabalho adequado, que permita ao auditor emitir uma opinião de maneira adequada. Neste sentido, esta pesquisa avança ao propor uma métrica para capturar a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos para companhias brasileiras de capital aberto. Espera-se, desta forma, que este estudo tenha grande potencial para demonstrar se a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos tem alguma influência sobre os honorários de auditoria.

O estudo pode se valer de amparo no desenvolvimento da qualidade de divulgação de informações referentes a risco e controles internos no Formulário de Referência das companhias. Assim como a possibilidade de diminuição da assimetria informacional e evidenciação de elementos relevantes tanto para os gestores quanto para os investidores na tomada de decisões. De acordo com a CVM, o Formulário de Referência veio a estabelecer um novo regime informacional, por meio da adoção de elevados padrões de *disclosure*, facilitando a análise das informações prestadas para comparação com outros emissores do mercado. A criação e a obrigatoriedade de emissão do Formulário de Referência atendem aos novos princípios de convergência dos padrões internacionais de contabilidade, principalmente com o intuito de difundir esse método de divulgação da informação contábil, caracterizado por ser essencialmente narrativo, de modo a deixar mais evidente ao usuário o conteúdo contábil que muitas vezes se encontra oculto em dados numéricos.

Em termos teóricos, este estudo contribui para a ampliação da literatura contábil, integrando os conhecimentos na área de risco, controles internos e auditoria para investigar se os honorários de auditoria têm relação com práticas que explicitam a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos apresentados pelas empresas. Destaque-se que o conhecimento e a consciência dos diferentes riscos e controles envolvidos nas atividades praticadas pelas empresas permitem planejamento e ações voltadas à sua gestão.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa será dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo abrange o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos e a justificativa do estudo. No segundo capítulo está apresentada a revisão da literatura que suporta o estudo. Esta é iniciada com aspectos conceituais de risco e fatores de risco, seguido por estudos sobre gestão de risco e controles internos. Na sequência abordam-se pesquisas em relação a honorários de auditoria e a formulação da hipótese de pesquisa.

No terceiro capítulo serão definidos os procedimentos metodológicos da pesquisa quanto à construção da métrica para a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos explicando detalhadamente as variáveis deste estudo, a seleção da amostra, a definição da operacionalização das variáveis e as limitações da pesquisa. No quarto capítulo serão apresentados e discutidos os resultados e no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões e propostas novas ideias de pesquisas a partir das limitações observadas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção estão dispostos os elementos teóricos da pesquisa. Inicialmente são apresentados os aspectos conceituais de risco e fatores de risco, posteriormente aborda-se os aspectos referentes a gestão de risco, controles internos e honorários de auditoria. Na sequência, expõem-se a formulação da hipótese de pesquisa.

2.1 RISCO E FATORES DE RISCO

Segundo Bogoni e Fernandes (2011) o risco se estabelece como uma incerteza mensurável e que pode ser determinada quantitativamente. Para os autores, a principal característica do risco é que a ele se pode associar um número que expresse a chance de ocorrência de um resultado a partir de uma decisão tomada. Nesse sentido, o risco pode ser definido como a combinação de situações em que há probabilidades mais ou menos previsíveis de um acontecimento e das suas consequências (Carvalho, 1996; Federation of European Risk Management Association - FERMA, 2003).

A sua existência decorre da possibilidade de ocorrência de um incidente que terá um impacto sobre a realização dos objetivos diferente do que se espera (Nunes, 2009). Esta ideia é discutida por Famá, Cardoso e Mendonça Neto (2001), no qual o retorno esperado de uma atividade empresarial é o resultado de uma posição sujeita a certos eventos. O risco passa a ser o grau de incerteza em relação ao retorno esperado. Trata-se, portanto da probabilidade da ocorrência do evento e o impacto no resultado da posição.

No que tange ao mercado financeiro, a palavra risco pode ser definida com a variabilidade dos retornos associados a um ativo ou como a volatilidade de resultados inesperados, normalmente relacionados ao valor de ativos ou passivos de interesse (Gitman, 2004; Jorion, 2006). Naturalmente, as instituições financeiras assumem que a relação risco-retorno indica que quanto maior o nível de risco aceito, maior o retorno esperado dos investimentos. Esta relação vale tanto para investimentos financeiros como para outros negócios (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, 2007).

Conforme argumentado por Ferro (2015), uma vez que a compreensão do conceito de risco é diferente para cada autor, é natural que a categorização desses riscos também não siga uma tipologia

única. A literatura apresenta várias categorias para riscos, elas levam em consideração as diferenças existentes tanto na causa das perdas como nos seus efeitos nas organizações.

A classificação dos riscos permite sua agregação de uma forma organizada e de acordo com a sua natureza em função das áreas da organização que são afetadas pelos eventos. Em alguns segmentos de negócio mais regulados, notadamente os bancos, o órgão regulador estabelece como boa parte dos riscos devem ser agrupados (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, 2007). Estudos conduzidos por Ashbaugh-Skaife, Collins e Kinney Jr (2007) afirmam que os fatores de risco compreendem a complexidade e o escopo de todas as operações da empresa. Desta forma, além da compreensão de risco, outro dos pré-requisitos para um bom gerenciamento é a compreensão dos fatores de risco, necessária à investigação, ao controle e à tomada de ações preventivas e mitigadoras (Duarte Júnior, 1999).

Os tipos de riscos podem ser categorizados de acordo com as suas fontes ou natureza: operacional, liquidez, crédito, mercado, legal, do fator humano e estratégico em consonância com os entendimentos de Lemgruber (2001), Duarte Júnior (2001), Marshall (2002), Crouhy, Galai e Mark (2004), Brito (2005) e IBGC (2007).

Quadro 1:
Categorias de riscos evidenciados

Categorias de riscos	Autores
Risco Operacional	Duarte Júnior (2001); Lemgruber (2001); Marshall (2002); Crouhy, Galai e Mark (2004); Brito (2005); IBGC (2007).
Risco de Liquidez	Duarte Júnior (2001); Crouhy, Galai e Mark (2004); IBGC (2007).
Risco de Crédito	Duarte Júnior (2001); Lemgruber (2001); Marshall (2002); Crouhy, Galai e Mark (2004); Brito (2005); IBGC (2007).
Risco de Mercado	Duarte Júnior (2001); Lemgruber (2001); Marshall (2002); Crouhy, Galai e Mark (2004); Brito (2005); IBGC (2007).
Risco Legal	Duarte Júnior (2001); Lemgruber (2001); Marshall (2002); Crouhy, Galai e Mark (2004).
Risco do Fator Humano	Crouhy, Galai e Mark (2004).
Risco Estratégico	Marshall (2002); IBGC (2007).

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Os Riscos Operacionais podem ser definidos como a probabilidade de perdas diretas ou indiretas, em função de fraquezas ou ausências de processos e controles internos adequados; falhas de gerência, informação e comunicação, controles defeituosos, fraudes e erro humano (Brito, 2005). Este tipo de risco será intrinsecamente ligado ao ambiente de controles internos das instituições, aos processos utilizados e à atenção dos funcionários a potenciais exposições e respectivas medidas de controle (Crouhy, Galai & Mark, 2004). Segundo o IBGC (2007), os riscos operacionais usualmente

resultam na limitação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com reflexo desfavorável na imagem da sociedade, além da potencial geração de passivos contingentes a empresa.

Trapp e Corrar (2005) verificaram a avaliação e o gerenciamento do risco operacional em uma instituição financeira nacional de grande porte, detectando que o banco se encontra em estágio intermediário na administração dos riscos operacionais, contudo, está desenvolvendo técnicas e processos tanto para se adequar às exigências dos órgãos supervisores, quanto para a melhoria de seus resultados. Ainda na análise de instituições financeira, Godoy, Minadeo e Borges (2011) e Souza, Vasconcelos, Paulo e Monte (2012) observaram a adequação e transparência das instituições financeiras brasileiras no que se refere a risco operacional, após a obrigatoriedade de divulgações anuais determinadas pela Resolução nº 3.380/2006 do Banco Central do Brasil (BCB). Os achados da pesquisa indicam que a evolução do conhecimento e das técnicas de gestão de risco foram incorporadas e são refletidas, ainda que parcialmente, na melhoria da transparência sobre risco operacional.

Estudos empíricos foram realizados a partir da aplicação da concepção dos Riscos Operacionais. Alves e Cherobim (2006, 2009) em estudos diferentes buscaram verificar se as instituições financeiras brasileiras evidenciam o conceito de risco operacional e os aspectos relativos à gestão desse risco em consonância a regulamentação aplicável, bem como os níveis de divulgação do risco operacional de bancos do país e do exterior. As conclusões do estudo mostraram que há, sim, divulgação do risco operacional nas instituições pesquisadas e que os bancos do exterior divulgaram mais subcategorias e que a quantidade de subcategorias divulgadas pelos dois grupos de bancos aumentou no decorrer do tempo. Resultado similar ao encontrado por Fernandes, Klann, Nascimento e Pereira (2010) que ao analisarem instituições financeiras do Brasil e do Reunido Unido, foi a de que os bancos brasileiros necessitam incrementar sua evidenciação em relação aos riscos operacionais, principalmente em relação à descrição dos diversos tipos de risco, dos valores destinados para cobertura dos riscos e das ações para mitigação desses eventos.

O Risco de Liquidez está associado à dificuldade do compromisso de realização de obrigações e exigibilidades a partir da conversão de ativos em recursos líquidos (Crouhy, Galai & Mark, 2004). Brito (2005) observa que gestão do Risco de Liquidez refere-se a todos os ativos e passivos da instituição e, assim, a política de liquidez da instituição deve contemplar profissionais de diferentes áreas da instituição para se discutir e desenvolver o tema.

Santos e Ferreira (2009) analisaram o Risco de Liquidez e condicionantes da gestão de capital de giro em micro e pequenas empresas demonstrando a existência de variáveis condicionantes o ciclo operacional, a presença de empréstimos de longo prazo e o controle de estoque. Da mesma forma, Gonçalves e Braga (2006) investigaram até que ponto as cooperativas de economia e crédito mútuo de Minas Gerais enfrentam risco de liquidez e determinar quais são os condicionantes desse risco. Os resultados analisados sugeriram que, principalmente, valores menores dos indicadores de utilização do capital de terceiros, imobilização do capital em giro e provisionamento, e valores maiores dos indicadores depósitos totais/operações de crédito e crescimento dos ativos tornam essas instituições mais líquidas.

Martins, Pereira, Capelletto e Paulo (2012) investigaram as demonstrações financeiras dos bancos brasileiros, sob a ótica do risco de liquidez, investigando se as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas atendem às exigências referentes à divulgação do risco de liquidez demandas pela IFRS 7 e pelos Princípios do Comitê de Basileia. Os principais resultados indicam baixa capacidade informativa dessas demonstrações em relação à situação e risco de liquidez, tendo em vista que apenas 60,71% das exigências contidas nas normas foram cumpridas.

Os Riscos de Crédito estão relacionados à incerteza da contraparte de uma obrigação ser incapaz de honrar com os seus compromissos (Duarte Júnior, 1999). As perdas estão relacionadas ao fato de que o devedor não conseguir honrar com suas obrigações financeiras (De Paula, 2000). O risco de crédito, inerente à maioria das transações em instituições financeiras, é baseado em modelos estatísticos que visam estimar a perda econômica que o usuário final poderá sofrer da carteira de crédito da instituição com base na experiência passada (Gomes, 2003).

Como as atividades de crédito compreendem sempre algum risco, torna-se relevante o desenvolvimento de políticas e procedimentos para satisfazer às necessidades e expectativas empresariais de maneira lucrativa e dentro de níveis de riscos aceitáveis (Blatt, 1999). Neste sentido, Brito, Assaf Neto e Corrar (2009) sugerem sistemas de classificação de risco que envolve um conjunto de parâmetros e procedimentos utilizados para atribuir uma medida, chamada de classificação de risco ou rating, que representa a expectativa de risco de uma empresa. As instituições financeiras utilizam estas classificações para avaliar, principalmente, o risco dos tomadores de crédito e monitorar o risco das carteiras de ativos de crédito.

Segundo Brito e Assaf Neto (2008), a análise de risco de crédito compreende técnicas desenvolvidas pelas agências para se mensurar o risco de tomadores e transações individuais ou de

carteira de crédito com um todo realizado pelas agências consistentes em uma opinião de credibilidade. Neste contexto, os autores desenvolveram um modelo de classificação de risco para avaliar o risco de crédito de empresas no mercado brasileiro. Os resultados do estudo indicam que o modelo desenvolvido prevê eventos de *default* com um ano de antecedência com bom nível de acurácia. Indicam, também, que as demonstrações contábeis contêm informações que possibilitam a classificação das empresas como prováveis solventes ou prováveis insolventes. Posteriormente, Brito, Assaf Neto e Corrar (2009) examinaram se eventos de default de companhias abertas no Brasil são previstos por um sistema de classificação de risco de crédito baseado em índices contábeis e evidenciaram que insolvências empresariais podem ser previstas por sistemas de classificação de risco baseados, apenas, em índices contábeis.

Callado, Vasconcelos, Rodrigues e Libonati (2008) analisaram a relação entre o comportamento do mercado acionário brasileiro, mensurado pelos retornos das ações dos bancos negociadas na BM&FBovespa considerando o anúncio público da primeira avaliação de risco de crédito emitida pelas agências de rating em busca de evidências sobre retornos anormais em que não foram encontradas evidências significativas que deem suporte a afirmação de que os ratings provocaram retornos anormais. Dantas, Rodrigues, Rodrigues e Capelletto (2010) investigaram os determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros, no qual foi constatado que o grau de evidenciação do risco de crédito de um período é explicado, inicialmente, pela divulgação do período anterior. Constataram que o nível de evidenciação é explicado pela vigência de Basiléia II, pelo porte das instituições, pelo nível de rentabilidade, pelo índice de imobilização e pela listagem das ações na Bovespa.

Os Riscos de Mercado dependem do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado (Duarte Júnior, 1999). Os riscos de mercado são decorrentes de movimentos adversos das variáveis dos ativos relacionados, as quais estão presentes, particularmente, em mercados de juros, ações, câmbio, índices e mercadorias (Brito, 2005).

Ramos e Caramori (2017) analisaram a relação entre o risco de mercado e a qualidade das informações contábeis das instituições financeiras brasileiras. Os autores concluíram que empresas com maior nível de evidenciação possuem menor volatilidade do retorno das ações, atribuindo assim, a importância pelo mercado das informações contábeis. Costa, Leal e Ponte (2017) estudaram os fatores determinantes de informações de risco de mercado do nível de observância de empresas não financeiras às exigências de divulgação definidas no Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1). Verificaram que os fatores “nível de risco”, “tamanho” e “setor de atuação” são significativos para

explicar o cumprimento das empresas não financeiras às exigências definidas no referido pronunciamento. Vello e Martinez (2014) verificaram se um bom planejamento tributário promove uma redução do risco de mercado. Os resultados evidenciaram existência de uma relação significativa e negativa entre o risco de mercado e o índice de planejamento tributário eficiente das organizações nas empresas com melhores práticas de Governança Corporativa.

Os Riscos Estratégicos, conforme Marshall (2002), estão vinculados ao ambiente em que a empresa está submetida, o que pode influenciar com a empresa adiciona valor para os seus interessados. Refere-se a um tipo de risco que compreende questões organizacionais da empresa, assim como mudanças ambientais que estão fora do controle da organização que podem vir a afetar o valor de ativos específicos ou a empresa como um todo (Martin, Santos & Dias Filho, 2004).

Este tipo de risco está associado à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda pelo insucesso das estratégias adotadas, levando-se em conta a dinâmica dos negócios e ambiente econômico da empresa (IBGC, 2007; Magro, Filipin & Fernandes, 2015). A gestão desses riscos é orientada para questões corporativas amplas, como a estrutura da empresa, processos, pesquisas, desenvolvimento de produtos, estratégia da formação de preços, entre outros fatores que interferem diretamente na competitividade da empresa (Zonatto & Beuren, 2010). Na pesquisa realizada por Sant'Ana, Jacomossi, Reif e Fernandes (2015) encontrou-se diferenças na abordagem da gestão de risco estratégico nas instituições bancárias estatais e privadas no mercado brasileiro. As principais diferenças relacionam-se ao poder controlador do Estado sobre os bancos estatais, tendo em vista à fomentação das políticas de maior interesse a economia federal e estadual.

Os Riscos Legais, são descritos por Duarte Júnior (1999) como os relacionados a possibilidade de perda decorrentes de decisões judiciais e como resultado de o contrato estar em desacordo com a regulamentação existente ou não pode ser legalmente amparado. Os riscos decorrentes de questionamentos jurídicos referem-se às transações da instituição que podem gerar perdas ou contingências não-previstas quando da realização da transação (Brito, 2007).

Os Riscos de Fator Humano, para Brito (2007), são considerados uma classe dentro dos riscos operacionais e estão associados à tomada de decisões no processo. Para Crouhy, Galai e Mark (2004) o risco do Fator Humano relaciona-se às perdas que podem resultar de erros humanos, isto é, como apertar o botão errado de um computador, inadvertidamente destruir um arquivo ou inserir o valor errado para o parâmetro de entrada de um modelo.

Posto isto, é interessante destacar que a descrição dos fatores de risco inerentes ao negócio da empresa é uma das informações obrigatórias que devem ser divulgadas pelas empresas que negociam na B³ por meio do Formulário de Referência. Percebe-se, assim, a relevância do desenvolvimento de políticas de gerenciamento de risco apropriadas a operação de cada companhia. Nessa perspectiva, a próxima seção visa tratar da importância e efeito da gestão de risco por parte das empresas.

2.2 GERENCIAMENTO DE RISCO

Em estudo realizado por Ching e Colombo (2012) avaliou-se em que nível de evolução a gestão de risco se encontra nas empresas brasileiras de capital aberto e identificado o que elas têm feito para gerenciar os riscos dos seus negócios. Os resultados mostraram que a maioria das empresas que compuseram a amostra encontra-se ainda no nível básico de evolução e que elas vêm adotando uma postura conservadora e preventiva que visa à mitigação dos riscos, redução das perdas e segurança dos seus patrimônios. Sob esta ótica, salienta-se a importância para os controles de todos os riscos que possam rodear as organizações e nesse sentido, surge a necessidade de uma gestão de riscos para o adequado andamento e sucesso dos negócios (Viviani & Fernandes, 2014). O gerenciamento de riscos, de acordo com o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO (2009) é “um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, pela diretoria e por demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias formuladas para identificar, em toda a organização, eventos capazes de afetá-la”. Segundo Jorion (1997, p.4), “o gerenciamento de risco é o processo pelo qual várias exposições são identificadas, mensuradas e controladas”. A partir dessa definição, depreende-se que a gestão de riscos não consiste em atividade voltada à eliminação dos riscos, mas, sim, à sua identificação, mensuração e controle (Goulart, 2003).

O gerenciamento de risco engloba os conhecimentos, os métodos, os processos e procedimentos, as ações implementadas e melhoradas de forma contínua, visando à redução de prejuízos e o incremento dos benefícios na realização dos objetivos e metas estratégicas (Beraldi, 2010). Pois, as empresas podem vir a enfrentar incertezas na condução de suas operações que acabam por interferir na sua função principal, que é a geração de valor às partes interessadas. O gerenciamento de riscos corporativos permite à administração um tratamento eficaz quanto a estas incertezas e aos riscos a elas inerentes (Miyoshi, 2011).

Smith e Merritt (2002) enfatizam três características necessárias para um risco ser gerenciável: incerteza, impacto e tempo. A incerteza está vinculada a alguma probabilidade de incidência, a qual, inicialmente, é desconhecida. O impacto remete ao prejuízo ou ganho financeiro ao qual o risco expõe a organização. O terceiro aspecto abrange o tempo de exposição ao risco, que significa que o risco possui um alicerce de tempo limitado para ser gerenciável. A gestão de riscos surge como uma resposta à imprevisibilidade dos eventos futuros, pois mediante ela é possível estruturar e implementar procedimentos de identificação e aferição de riscos, para que seja aceitável decidir quais riscos devem ser impedidos, minimizados, diversificados e/ou gerenciados (Cordeiro, 2009).

A política de gestão de riscos está assumindo novas proporções nas empresas, diversos riscos dentro das organizações decorrem de processos inadequados ou da ineficiência dos controles internos, favorecendo a ocorrência de fraudes e erros praticados por empregados, promovendo o insucesso de uma área estratégica e repercutindo em toda a organização (Teixeira Neto & Araújo, 2007; Quintas, Spessatto & Fernandes, 2008). Zonatto e Beuren (2012) dizem que gerenciar risco significa gerenciar a possibilidade de perdas e redução de lucros e, como o risco é um fator adverso, ele deve ser controlado mediante análise dos objetivos da empresa, bem como sua propensão ao risco, sendo uma das premissas para a gestão baseada em risco.

Ao longo dos anos, estudos foram realizados com a percepção da importância da gestão de riscos para o equilíbrio no gerenciamento das organizações e sua continuidade no mercado. Nesse sentido, pesquisas foram realizadas utilizando diferentes proposições, Fernandes, Souza e Faria (2010), Beuren, Dallabona e Dani (2011), Zonatto e Beuren (2012), Klann, Kreuzberg e Beck (2014), Magro, Filipin e Fernandes (2015) verificaram os tipos de risco apresentado pelas empresas. Fernandes, Souza e Faria, (2010) analisaram os tipos de risco divulgados pelas empresas de energia elétrica. As empresas analisadas evidenciaram, dentro da classificação dos riscos feita nos estudos, em maior número riscos estratégicos, riscos operacionais e riscos legais. O risco menos evidenciado foi o risco de crédito.

Zonatto e Beuren (2012) analisaram as categorias de riscos evidenciadas no relatório da administração das empresas brasileiras com emissão de *American Depositary Receipt*. Os resultados mostraram que não há padronização nos tipos de riscos evidenciados, a predominantemente evidenciada foi risco operacional e a não encontrada foi riscos de imagem. Já Magro, Filipin e Fernandes (2015) identificaram os riscos divulgados pelas empresas do segmento de exploração de rodovias sendo o mais evidenciado o relacionado ao mercado.

No mesmo sentido, Klann, Kreuzberg e Beck (2014) verificaram os tipos de risco evidenciados nos Formulários de Referência das maiores empresas de cada setor listadas na B³. Os mais divulgados pelas empresas são: risco legal, risco estratégico e risco de mercado. O risco de crédito apresenta o menor nível de divulgação, bem como o risco de liquidez relativo aos investimentos. Beuren, Dallabona e Dani (2011) examinaram as informações relativas a gestão de riscos e controle interno evidenciadas pelas empresas listadas na B³ em suas notas explicativas. Os itens de maior *disclosure* foram risco de crédito, relatório do risco financeiro, informações adicionais sobre riscos, risco estratégico e operacional, medidas de controle de riscos. Os itens menos evidenciados foram os de controle interno.

Percebe-se que embora a gestão de risco esteja relacionada às particularidades de cada organização, o nível de evidenciação geral atual admite melhorias em termos de satisfação das necessidades de informação dos investidores (Fernandes, Souza & Farias, 2008). Nesse contexto, outras pesquisas foram realizadas com o propósito de identificar o nível de evidenciação de riscos (*disclosure*) das empresas. Alves e Cherobim (2009) e Dantas, Rodrigues, Rodrigues e Capelletto (2010) efetuaram este tipo de análise em empresas brasileiras do setor bancário e constataram que as instituições financeiras evidenciam conceitos de risco e aspectos relativos à gestão desse muito pela necessidade de estar em sintonia com princípios do Comitê da Basileia.

Fernandes, Silva e Santos (2008) levantaram as práticas de divulgação sobre riscos adotados nas Informações Anuais (IANs) das empresas. A análise do conteúdo demonstrou que as empresas que adotam as melhores práticas oferecem diversas informações sobre gestão de risco, incluindo estrutura organizacional, técnicas utilizadas e políticas de proteção. Todavia os reportes sobre riscos da maioria das empresas ainda apresentam níveis baixos de evidenciação.

De forma semelhante, Cardoso, Mendonça Neto e Riccio (2004) verificaram o grau de transparência de informações de riscos financeiros e não financeiros do relatório 20-F das empresas de telecomunicações. Concluíram que as empresas selecionadas cumpriram rigorosamente o estabelecido na norma expedida pela *Security and Exchange Commission* - SEC. Entretanto, a maioria das empresas descreveram detalhes somente sobre os fatores de risco não associados ao negócio, quantificando-os por vezes, e deixando de explorar os riscos relacionados à atividade e suas prováveis consequências.

Algumas pesquisas ainda buscaram analisar a percepção dos gestores e riscos de práticas de Gestão de Riscos nas empresas. Guimarães, Parisi, Pereira e Weffort (2009) examinaram as práticas

de gestão de riscos em empresas não-financeiras. Os resultados obtidos com a pesquisa permitem concluir que a gestão de riscos faz parte da realidade dessas empresas seja por imposição legal ou por importância gerencial, dando a sua contribuição ao processo decisório por meio de seus instrumentos. Pitela (2009) investigou aspectos relacionados com a gestão do risco a que estão expostas às atividades empresariais, a partir da percepção dos gestores das empresas paranaenses. A percepção foi de que o conceito de riscos corporativo é conhecido pelos gestores das empresas paranaenses, e os riscos envolvidos em suas atividades cotidianas são explorados diligentemente. A utilização de ferramentas de controles como auditoria externa, revisões, segregação de funções e conhecimento de ferramentas de gestão de riscos ratificam esta visão estratégica do gestor participante deste estudo.

Na Tunísia, Sahnoun e Zarai (2009) investigaram o impacto do risco do negócio auditado, do risco de auditoria e do auditor na avaliação de risco de negócios em processos de negociação entre empresas e as firmas de auditoria. Os resultados mostram que os sócios de auditoria consideraram a relação entre risco de auditoria e risco de negócio auditado na negociação dos honorários de auditoria. Então, quando o risco de negócio da empresa auditada é alto, os auditores da Tunísia se tornam mais conservadores para preservar sua reputação e reduzir o risco de litígios em contratos de auditoria.

Com o objetivo de avaliar o impacto dos riscos de negócios sobre a relação entre honorários de auditoria e seus determinantes, um estudo de Naibei, Oima & Ojera, (2014) realizado no Quênia revelou a existência de um efeito significativo dos riscos do negócio tanto na duração da auditoria quanto no tamanho da relação de honorários de auditoria. Entre os resultados, o tamanho do cliente, a complexidade determinada pelo número de subsidiárias e filiais e o tamanho da firma de auditoria são os principais determinantes dos honorários de auditoria e que seu efeito pode ser ainda maior em função dos negócios.

Desta forma, depreende-se que o efeito do gerenciamento de riscos das companhias pode vir a influenciar o processo de planejamento dos trabalhos de auditoria, assim como a definição dos honorários de auditoria cobrados. Acrescenta-se, na próxima seção, os argumentos apresentados na literatura sobre o tema que destacam a relevância da adequação dos controles internos a modelos eficazes de gestão de risco e políticas como forma de amenizar incertezas e riscos dos mercados.

2.3 CONTROLES INTERNOS

De acordo com Jacques e Reske Filho (2007), a necessidade de obtenção de informações, adequadas ao processo de gestão, exige o aperfeiçoamento dos procedimentos internos utilizados pelas organizações. Desta forma, os controles internos passam além de garantir a salvaguarda dos ativos da empresa, a orientar uma forma de planejamento organizacional que procura melhorar a eficiência operacional da organização (Migliavacca, 2004).

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados - AICPA afirma que “o controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger o seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração” (Attie, 2011, p. 188).

Ressalta-se que conforme determinação das normas de auditoria o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, a fim de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria (Almeida, 2012). De acordo com Crepaldi (2000), o auditor independente, na avaliação dos controles internos, deve: levantar o sistema de controle interno; verificar se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática; avaliar a possibilidade de o sistema revelar de imediato erros e irregularidades; e determinar o tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.

Desta maneira, assimila-se que a adequação dos controles internos de uma organização é de fundamental importância para os auditores independentes, pois está diretamente relacionado com o risco considerado na execução dos seus trabalhos (Vidal & Silva, 2016). Nessa perspectiva, Sousa, Souto e Nicolau (2017) identificaram que as organizações públicas e privadas possuem como principais desafios a institucionalização da gestão de riscos, atividades de controle e, com destaque, do monitoramento. Os achados refletem a dificuldade da absorção e institucionalização de conceitos e das dimensões centrais estruturadas para a gestão dos controles nas organizações públicas e privadas, no qual há uma tendência à ineficiência e ineficácia do sistema de controle interno existente nas organizações.

Em relação a estudos precedentes sobre custos de auditoria, um fator que se demonstra determinante para a definição dos honorários de auditoria refere-se à existência de controles internos nas empresas, o que permite ao auditor avaliar os riscos da empresa auditada. Nesse contexto, Felix

Jr., Gramlinga e Maletta (2001) obtiveram evidências que a auditoria interna contribui de forma significativa para a redução dos custos de auditoria. Os resultados baseiam-se em um conjunto de dados disponíveis publicamente e combinados com respostas de pesquisas de auditores internos e externos afiliados a 70 empresas e reforçando a ideia de que uma vez que a qualidade da auditoria interna afeta diretamente a qualidade dos controles internos da empresa, o que por sua vez contribui para a redução das despesas de auditoria.

Um estudo realizado na Austrália, por Goodwin-Stewart e Kent, 2006, procurou examinar dentre outras variáveis a relação entre a existência de auditoria interna e os honorários de auditoria, sugerindo que empresas que têm uma maior preocupação com os controles internos, possuem também maiores exigências ao nível da qualidade da auditoria externa que pretendem contratar. Evidenciou-se associações positivas significativas entre o nível de honorários de auditoria e o uso de auditoria interna. Desta forma, os resultados de sugerem que, na Austrália, as empresas com maiores taxas de auditoria são mais prováveis a usar um nível maior de auditoria interna.

Hay, Knechel e Ling (2008) em um estudo com mais de 130 empresas na Bolsa de Valores da Nova Zelândia entre os períodos de 1995 e 2005, constataram que as medidas de auditoria interna, governança corporativa e concentração de propriedade são todas relacionadas positivamente aos honorários de auditoria. Já Hogan e Wilkins (2008) investigaram o modo como os auditores respondem a maiores níveis de risco de controle interno. Na medida em que as taxas de auditoria são uma *proxy* para o esforço de auditoria, os resultados da pesquisa sugerem que os auditores estão aumentando seus esforços de auditoria quando apropriado para manter nível global aceitável de risco. Para tal, analisaram 410 empresas que estavam listadas na bolsa de valores dos Estados Unidos e que haviam reportado deficiências materiais de controle interno. Assim, constatando que os honorários de auditoria são significativamente maiores para empresas que apresentaram deficiências relevantes de controle interno.

Pesquisa semelhantes como as de Munsif, Raghunandan, Rama e Singhvi (2011) e Hoag e Hollingworth (2011) examinaram a associação de honorários de auditoria com o risco de controle interno usando os dados disponíveis de eficácia de controles internos exigido pela Lei *Sarbanes-Oxley*. Estes estudos concluem que as taxas de auditoria são significativamente mais altas para as empresas que revelaram deficiências de controle interno. Os resultados consistentes desses estudos são interpretados como auditores gerenciando o risco de controle, exercendo mais esforço de auditoria em auditorias de empresas com controles internos fracos, resultando em aumento dos honorários de auditoria.

Os estudos analisados apontam evidências da relação dos controles internos e honorários de auditoria, todavia os seus resultados não convergem totalmente. Neste sentido, destaca-se a relevância da avaliação dos controles internos como forma de análise dos riscos do cliente e definição da extensão dos testes de auditoria, procedimentos estes que refletem no valor dos honorários de auditoria. Diversos estudos têm abordado o tema relacionando honorários de auditoria e com seus possíveis determinantes, uma revisão destes é apresentada na próxima seção.

2.4 HONORÁRIOS DE AUDITORIA

A auditoria pode ser definida como o estudo e a avaliação sistemática das transações, rotinas, procedimentos e demonstrações contábeis e financeiras de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação (Perez Junior, 2012). Crepaldi (2000) acrescenta que a auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro da empresa, sendo que sua intervenção é ajustada em contrato de serviços.

Desta forma, sendo os auditores contratados e remunerados pelos auditados, os auditores devem ser independentes tanto na preparação de relatórios financeiros e do trabalho desenvolvido. A independência dos auditores é a principal e fundamental para a qualidade da informação divulgada e credibilidade do papel do tema auditor. (Simunic, 1980; Formigoni, Antunes, Leite & Paulo, 2008). De forma complementar, Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2012) e Hallak e Silva (2012) afirmam ser preciso que o auditor seja de fato independente para que ele possa cumprir seu papel de atestar aos investidores e demais *stakeholders* a veracidade e fidedignidade das demonstrações contábeis.

A independência do auditor tem potenciais benefícios aos clientes por meio de seu impacto sobre o valor da empresa, bem como, para os auditores por meio dos honorários que podem cobrar por serviços de auditoria. Ambas as partes têm incentivos para escolher voluntariamente acordos contratuais que lhes permitam capturar os benefícios líquidos esperados de independência do auditor (DeAngelo, 1981).

Em estudo realizado por Martinez, Lessa e Moraes (2014) constatou-se que firmas de auditoria que recebem menos do que esperam tende a permitir maior gerenciamento de resultados, deixando evidente a relação entre a remuneração e a percepção que os auditores têm do risco. Ao determinar a extensão e amostragem dos testes, o auditor avalia o risco de auditoria das contas contábeis e de

processos relevantes. Observa-se que uma avaliação geral dos riscos do cliente ocorre antes mesmo da contratação da auditoria, isto é, ainda no processo de aceitação do cliente. Essa avaliação influenciará na quantidade de horas estimadas para a execução do trabalho, no valor da taxa a ser cobrada bem como na decisão de aceitar ou não o cliente (Castro, Peleias & Silva, 2015). Face à importância que os honorários de auditoria assumem na relação entre auditores e auditados, torna-se importante examinar quais os fatores que determinam a definição destes honorários, tendo esta questão sido muito debatida pela literatura ao longo do tempo.

Apontado na literatura como o estudo seminal sobre os determinantes dos honorários de auditoria, Simunic (1980) analisou cerca de 400 empresas norte-americanas. O seu estudo tinha como objetivo identificar quais as variáveis que influenciavam de forma significativa os honorários de auditoria suportados por aquelas empresas, no qual se concentrava, inicialmente, em variáveis genéricas que serviram de *proxies* para o tamanho, complexidade e o risco do cliente da auditoria. Posteriormente, estudos similares que tendem a apoiar ou estender o trabalho de Simunic (1980) foram realizados também adotando este modelo, embora com modificações, antes da aplicação das mais diversas variáveis.

Uma das principais variáveis que são constantemente empregadas pelos pesquisadores como determinante dos honorários de auditoria é o tamanho das empresas auditadas. A *proxy* de tamanho das empresas auditadas, geralmente é mostrada na forma logarítmica natural, têm sido relatadas com evidências revelando a existência de uma relação direta entre o valor das taxas de auditoria e o tamanho do cliente de auditoria. (Simunic, 1980; Cameran, 2005; Firer e Swartz, 2006; Clatworthy e Peel, 2006; Rusmanto e Waworuntu, 2015; Dantas et al., 2016; Binda, Barros, Reina, Reina & Pires, 2017). Geralmente, empresas de grande porte são mais publicamente visíveis e tendem a divulgar mais informações do que as pequenas empresas. O pressuposto é de que quanto maior o tamanho da empresa, maior o processo de auditoria e, conseqüentemente, maior o custo. Em outras palavras, espera-se uma relação positiva entre honorários de auditoria e o tamanho do cliente, uma vez que grandes companhias possuem um maior número de operações e, assim, exige-se mais horas de trabalho para garantir o desempenho de uma quantidade adequada de testes da firma de auditoria para análise da empresa (Palmrose, 1986; Taylor, Simon & Burton, 1999; Al-Harshani, 2008). Acrescenta-se que as empresas de grande porte também são mais monitoradas pelo público e espera-se que estas incorram em custos mais altos de agência (Naser & Nuseibeh, 2007).

A complexidade da empresa é outro fator que afeta o custo dos honorários de auditoria, uma vez que os requisitos de auditoria serão influenciados pelo grau de complexidade das operações na

execução do trabalho (Simunic, 1980). Hipoteticamente, é de se esperar que, uma maior complexidade significa uma estrutura organizacional diversificada e mais difícil de analisar as transações, resultando em mais tempo e esforço que devem ser gastos pelo auditor em planejar, coordenar e executar a função de auditoria. Além disso, há uma expectativa de que, quanto mais complexo cliente, quanto maior o número e o nível de dificuldades que surjam na realização da auditoria. Assim, espera-se que o esforço de auditoria conduza a um aumento do nível das taxas de auditoria (Gerrard, Houghton & Woodliff 1994; Karim & Moizer, 1996).

Outras pesquisas, Firth (1997), Ahmed e Goyal (2005), Cameran (2005), Firer e Swartz (2006), Castro et al. (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), Brighenti, Degenhart e Cunha (2016) e Borges et al. (2017), documentaram resultados empíricos indicando que as honorários de auditoria são positivamente influenciadas com o nível da complexidade do cliente de auditoria. Mas este entendimento não é geral, uma vez que pesquisas encontraram relação negativa entre as duas variáveis (Karim & Hasan, 2012) e outros estudos que não encontraram significância na relação entre a complexidade do cliente de auditoria para com os honorários de auditoria cobrados (Firth, 1997; Al-Harshani, 2008).

A medida adotada na maior parte dos estudos (Sandra & Patrick, 1996; Cameran, 2005; Jaramillo, Benau & Grima, 2012; Ulhaq & Leghari, 2015) é a estrutura legal e organizacional da empresa, medido pelo número de subsidiárias e afiliadas da empresa. Isto é, a medida é baseada no número empresas que operam dentro do grupo. Empresas com várias subsidiárias são consideradas mais complexas do que empresas com poucas ou sem subsidiárias (Hassan & Naser, 2013). Sandra e Patrick (1996) argumentam que os auditores das empresas do grupo, com várias subsidiárias/filiais são frequentemente associados em honorários elevados de examinar as demonstrações financeiras individuais e na avaliação da precisão dos dados consolidados declarações financeiras. Afirmam, ainda, que as subsidiárias em diferentes países, muitas vezes tem que cumprir com uma variedade de obrigações estatutárias e requisitos para divulgação, o que implica, portanto, em testes adicionais de auditoria.

Outro possível determinante dos honorários de auditoria refere-se ao tamanho das empresas que prestam esse serviço, atualmente conhecidas como *Big Four*. Alguns motivos são apresentados para esta investigação, conforme DeAngelo (1981), as grandes firmas possuem mais recursos para investir em treinamento de pessoal, tecnologia e instalações, o que as fornece, possivelmente, um nível mais alto de qualidade de auditoria e credibilidade na execução de seus trabalhos do que empresas de auditoria menores. Além disso, as *Big Four* são firmas de auditoria que enfrentam menos

concorrência do que as empresas menores e, portanto, podem cobrar taxas de auditoria mais altas, devido à condição de oligopólio de mercado (Borges et al., 2017; Àvila, Costa & Fávero, 2017).

Watts e Zimmerman (1986) acreditam que as grandes firmas de auditoria têm maior capacidade de monitoramento, de modo que tenham mais capacidade de gerar auditorias de qualidade. Além disso, muitas das grandes empresas estão sujeitas a custos políticos e podem reduzir tais custos ao contratar uma firma de auditoria mais reconhecida no mercado por um custo maior (Naser & Nuseibeh, 2007). Desta forma, a auditoria independente pode mitigar os conflitos de agência entre as partes interessadas e reduzir os custos de agência (Jensen & Meckling, 1976; Watts & Zimmerman, 1983; Fan & Wong, 2005). Empresas com problemas de agência, portanto, têm um incentivo para contratar auditores com forte reputação para enviar um sinal ao mercado de que eles estão tentando reduzir os custos de agência para melhorar o valor da empresa (Wang & Zhou, 2006; Wang, 2009).

Vários estudos anteriores estiveram interessados em observar se os honorários de auditoria pagos a empresas de auditoria maiores são significativamente mais altos do que as empresas menores. Entre os estudos que identificaram relação positiva entre a remuneração dos auditores e o tamanho da firma de auditoria estão os de Adams, Sherris e Hossain (1997), Cameran (2005), Owusu-Ansah, Leventis e Caramanis (2010), Hallak e Silva (2012), Brighenti et al. (2016). Todavia, pesquisas identificaram uma relação estatística significativa negativa nesta relação, Brinn, Peel e Roberts (1994) e Al-Harshani (2008). Percebe-se, assim, que os resultados de pesquisas anteriores são mistos sobre o impacto potencial do tamanho do auditor em honorários de auditoria externa.

As práticas de governança corporativa, também, vêm sendo estudadas como um dos determinantes dos honorários de auditoria. Uma perspectiva baseada no risco argumenta que se os auditores não podem confiar na governança corporativa das empresas para garantir a qualidade dos relatórios, eles podem aumentar os esforços de auditoria e/ou cobrar taxas adicionais para compensar aumento do trabalho ou potencial risco de litígio. Por outro lado, parte destes estudos se concentra na relação entre governança e auditoria com base na premissa de que uma melhor governança impacta na quantidade de horas necessárias para a auditoria, haja vista que a melhor qualidade desses instrumentos tende a resultar em menor risco, determinando a predominância do efeito risco para a auditoria e, conseqüentemente, menor custo (Griffin, Lont & Sun, 2008; Bortolon et al., 2013).

Estudos internacionais divergem em seus resultados conforme este entendimento. Alguns encontraram uma relação positiva entre melhores práticas de governança corporativa e honorários de auditoria, entre eles Carcello, Hermanson, Neal e Riley (2002), Hallak e Silva (2012), Hassan e Naser

(2013), Urhoghide e Izedonmi (2015) e Borges et al. (2017). Já as pesquisas realizadas por Griffin, Lont e Sun (2008) e Jaramillo et al. (2012) encontram uma relação negativa entre as variáveis. Acrescenta-se o estudo realizado por Adams et al. (1997) que não encontrou significância estatística em relação aos honorários de auditoria para com práticas de governança corporativa.

Os setores no qual as empresas se encontram é outro fator importante na determinação dos honorários de auditoria. Em geral, o grau de risco envolvido no trabalho de auditoria difere dependendo a natureza dos negócios da empresa. Determinados setores (por exemplo, serviços bancários) precisam trabalho de auditoria especial por causa de suas naturezas. Essas indústrias têm diferentes políticas contábeis em relação outras coisas, reconhecimento de receita e despesa e avaliação de ativos (Kikhia, 2015). Naser e Nuseibh (2007), ainda ressaltam que auditorias de empresas de determinados setores requerem habilidade e conhecimento especializado para identificar áreas de auditoria significativas. No Brasil, ressalta-se que muitos setores devem, além de observarem os padrões internacionais de contabilidade, observar as normas específicas de regulamentação de cada setor, como ocorre nos setores de energia, petróleo e gás e telecomunicações (Borges et al. 2017).

Estudos anteriores apontam que existe possível associação entre o nível dos honorários de auditoria e o tipo de indústria. A esse respeito, Gonthier, Besacier e Schatt (2007) constataram que o as taxas de auditoria pagas pelas empresas francesas do setor de Tecnologia da Informação são superiores aos pagos por empresas de outros setores. Firth (1997) expõe que algumas indústrias exigem mais procedimentos de auditoria externa e, portanto, mais honorários de auditoria em comparação com as outras indústrias.

Naser e Nuseibeh (2008) relatam que o nível de qualidade da auditoria exigido pelas empresas de manufatura é maior do que o nível em outras indústrias. Como as empresas de manufatura exigem grandes investimentos de capital obriga-os a procurar fontes externas de financiamento, é provável, desta forma, que eles relatem mais informações do que não-manufatureiros em seus relatórios anuais para garantir retornos. Além disso, como as empresas de manufatura costumam ter impacto negativo no meio ambiente e na comunidade, destas é esperado uma maior pressão pública. (Hackston & Milne, 1996; Tagesson, et al., 2009). No Brasil, de acordo com os resultados encontrados por Castro et al. (2015) e Borges et al. (2017), pode haver uma relação positiva entre esses setores e os honorários de auditoria.

A listagem da empresa auditada em bolsas de valores de países como, por exemplo, os Estados Unidos, através de *American Depositary Receipt* (ADR), também apresentam uma maior

complexidade no trabalho de auditoria, visto que diversos critérios devem ser observados em atendimento às bolsas de valores internacionais (Ávila, Costa & Fávero, 2017). Hallak e Silva (2012) utilizaram a presença de ADRs, com a listagem no Novo Mercado da B³ (Brasil, Bolsa e Balcão), como *proxies* de governança corporativa. Dentre os resultados alcançados, os autores destacam que empresas que possuem ADRs tendem a gastar mais com auditoria e consultoria, ao contrário do resultado encontrado para listagem nos Níveis de Governança da B³ (Brasil, Bolsa e Balcão), o que poderia indicar que as exigências para a listagem das ações nos EUA seriam maiores do que para listagem nos níveis diferenciados da bolsa brasileira. Nesse sentido, André, Broye, Pong e Schatt (2010) encontraram evidências de que os gastos com auditoria em países com fraco sistema legal e judicial são menores.

Outro fator que pode influenciar os honorários de auditoria diz respeito a novos contratos estabelecidos entre a firma de auditoria e o cliente. Em estudo realizado por Simon e Francis (1988) estimou-se que a redução de preço correspondente ao primeiro ano foi de 24%, enquanto no segundo e terceiro ano foram cobradas taxas 15% mais baixas. De forma semelhante, esta relação inversa entre o primeiro ano de contrato de auditoria e a remuneração dos auditoria é identificada em estudo realizado por Owusu-Ansah et al. (2010) empresas listadas na Bolsa de Valores de Atenas da Grécia. Acrescenta-se as pesquisas realizadas por Pearson e Trompeter (1994), Monterrey e Sánchez (2007), Köhler e Ratzinger-Sakel (2012) que também demonstraram a redução de preços em contratos de auditoria no primeiro ano de vigência do contrato

Deis e Giroux (1996) ressaltam reduções significativas dos honorários podem ser justificadas pelas firmas com o argumento de que, para conquistarem novos clientes, cobrariam valores iniciais baixos, reajustando-os posteriormente. Assim como é possível supor que um contrato que vigora há mais tempo pode prescindir de parte deste esforço inicial, tendo em vista que o auditor já tem conhecimento sobre a empresa, o que pode reduzir os esforços de auditoria (Dantas & Medeiros, 2015). Por outro lado Dantas e Medeiros (2015) afirmam, ainda, que há uma dualidade neste entendimento, uma vez que nos primeiros anos de contrato os auditores não possuem pleno conhecimento dos riscos de negócio do cliente, o que torna possível supor que a remuneração no início do contrato tende a ser maior, pois a auditoria demanda mais tempo, volume de trabalho e mais testes de avaliação dos riscos e controles internos do cliente.

Nesse contexto, pesquisas realizadas por Jaramillo et al. (2012) e Castro et al. (2015) evidenciaram valores maiores de honorários de auditoria em contratos de auditoria de primeiro ano. Apesar de não haver um consenso ao que se refere a relação entre o primeiro ano de contrato de

auditoria e os honorários cobrados, torna-se possível inferir com base na perspectiva de riscos de que o tempo de relacionamento auditor/cliente tende a aumentar os honorários de auditoria.

Por último, o grau do risco envolvido no trabalho de auditoria pode ser considerado na determinação da taxa de auditoria, pois afeta a responsabilidade do auditor. Essa responsabilidade está intimamente relacionada ao risco envolvido. Portanto, quanto mais riscos envolvidos no trabalho de auditoria, maior é a responsabilidade que merece uma taxa mais elevada para compensar o auditor para assumir tal risco (Kikhia, 2015).

Conforme pesquisa pioneira realizada por Simunic (1980), as taxas de auditoria são uma função do custo de executar a auditoria (incluindo um lucro normal) e o custo esperado do risco de auditoria. Desta forma, para um aumento no nível de risco de auditoria, as empresas de auditoria aumentam o esforço de auditoria (para reduzir a chance de distorções não detectadas), ou cobram um prêmio para compensar o aumento do risco de auditoria.

Em pesquisa realizada por Fukukawa, Mock, Wright (2011) no Japão examina-se as relações entre as avaliações dos auditores de fatores de risco do cliente e as decisões de alocação de recursos de auditoria. Os resultados demonstraram que os fatores de risco estão significativamente associados às decisões de planejamento de auditoria. Ou seja, o total de horas de auditoria e as horas de auditoria de cada nível de pessoal são influenciados pelos fatores de risco.

Outro estudo também realizado no Japão a partir de 3 grandes firmas de auditoria examinou se e como as grandes empresas de auditoria no Japão respondem ao risco de negócio dos clientes e o porquê as respostas variam. Os resultados demonstraram que enquanto duas das empresas aumentam o esforço de auditoria e cobram um prêmio de risco para auditorias com maior risco de negócio, a terceira empresa responde para o risco comercial dos clientes apenas aumentando o esforço de auditoria. Além disso, a força das relações entre os clientes o risco de negócios e o esforço/honorários de auditoria variam entre as empresas. Este mesmo resultado foi apresentado em relação às empresas da Finlândia, sugerindo que quando o cliente é uma empresa listada em bolsa de valores, ou quando o risco de negócio percebido pelo auditor do cliente é acima da média, os honorários de auditoria contêm um prêmio (Kim & Fukukawa, 2013).

Assim, espera-se que a firma de auditoria externa cobre taxas de auditoria mais altas quando o risco de auditoria aumenta. Pesquisas de honorários de auditoria anteriores fornecem evidências consistentes com esse argumento. (Simunic, 1980; Palmrose, 1996). Ainda para este propósito, diversas pesquisas usaram os níveis corporativos de alavancagem, liquidez e lucros como *proxies* do

risco corporativo (Sandra e Patrick, 1996; Joshi & Al-Bastaki, 2000). Ressalta-se que evidências empíricas sobre a relação entre honorários de auditoria e risco corporativo não são consistentes. Sandra e Patrick (1996) argumentam como razão a dificuldade de encontrar uma maneira objetiva medir o risco corporativo e encontrar uma *proxy* para o seu emprego. De modo geral, as variáveis utilizadas neste estudo, os respectivos autores nos quais foram consubstanciadas e a relação encontrada por eles com os honorários estão evidenciados no Quadro 2.

Quadro 2:Principais variáveis e *proxies* utilizadas em pesquisas sobre honorários de auditoria

Variáveis	Relação encontrada	Pesquisas
Tamanho da empresa auditada	Positiva	Simunic (1980), Firth (1997), Ahmed et al. (2005), Cameran (2005), Firer e Swartz (2006), Clatworthy e Peel (2006), Hallak e Silva (2012), Rusmanto e Waworuntu (2015), Dantas et al. (2016) e Binda et al. (2017).
	Não significativa	Adams et al. (1997).
Complexidade da empresa auditada	Positiva	Palmrose (1996), Firth (1997), Ahmed e Goyal (2005), Cameran (2005), Firer e Swartz (2006), Jaramillo et al. (2012), Castro et al. (2015), Ulhaq e Leghari (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), Brighenti et al. (2016) e Borges et al. (2017).
	Negativa	Karim e Hasan (2012).
	Não significativa	Firth (1997) e Al-Harshani (2008).
Tamanho da empresa de auditoria	Positiva	Che Ahmad e Houghton, (1996), Palmrose (1996), Adams et al. (1997), Cameran (2005), Owusu-Ansah et al. (2010), Hallak e Silva (2012), Hassan e Naser (2013), Urhoghide e Izedonmi (2015), Kikhia (2015) e Brighenti et al. (2016).
	Negativa	Brinn et al. (1994) e Al-Harshani (2008).
	Não significativa	Rusmanto e Waworuntu (2015).
Governança corporativa	Positiva	Carcello et al. (2002), Hallak e Silva (2012), Karim e Hasan (2012), Hassan e Naser (2013), Castro et al. (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), Brighenti et al. (2016), Dantas et al. (2016) e Borges et al. (2017).
	Negativa	Jaramillo et al. (2012).
	Não significativa	Adams et al. (1997).
Setor	Positiva	Clatworthy e Peel (2006), Karim e Hasan (2012), Jaramillo et al. (2012), Urhoghide e Izedonmi (2015), Kikhia (2015); Castro et al. (2015); Borges et al. (2017).
	Negativa	Carcello et al. (2002); Naser e Nuseibeh (2007); Hassan e Naser (2013).
	Não significativa	Firth (1997)
ADR	Positiva	Hallak e Silva (2012)
	Negativa	André et al. (2010)
Primeiro ano de auditoria	Positiva	Jaramillo et al. (2012); Castro et al. (2015).
	Negativa	Simon e Francis (1988); Pearson e Trompeter (1994); Monterrey e Sánchez (2007); Owusu-Ansah et al. (2010); Köhler e Ratzinger-Sakel (2012); Dantas et al. (2016).
Risco do Cliente	Positiva	Brinn et al. (1994), Che Ahmad e Houghton (1996), Joshi e Al-Bastaki (2000), Cameran (2005), Clatworthy e Peel (2006), Naser e Nuseibeh (2007), Jaramillo et al. (2012) e Kikhia (2015).
	Negativa	Al-Harshani (2008) e Karim e Hasan (2012).
	Não significativa	Sandra e Patrick (1996) e Hassan e Naser (2013).

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Verifica-se, portanto, uma dificuldade no processo de descrição dos fatores determinantes dos honorários de auditoria, principalmente, no que diz respeito ao risco neste processo. Apesar do

número de pesquisas na área, não se tem estabelecido um modelo próprio para a representação mais adequada das variáveis relacionadas a honorários de auditoria. Resta a consenso do pesquisador a elaboração do modelo mais aplicável segundo as características da pesquisa e conforme os preceitos teóricos.

2.5 HIPÓTESE DE PESQUISA

Considerando o propósito da pesquisa quanto construção de uma métrica para a investigação da relação entre as políticas de gerenciamento de riscos e controles internos e, em particular, da identificação da sua relação para com remuneração dos auditores independentes nesse processo, é formulada uma hipótese para os testes empíricos, tendo por referência relações sugeridas em estudos sobre os temas.

Estudo feito por Sun e Liu (2011) apontou que o cliente com alto nível de risco compele os auditores externos a executar procedimentos de auditoria de maneira mais eficaz. Acrescenta-se que, quanto maior o risco de auditoria há a necessidade de um maior número de testes de auditoria, desta forma sendo solicitada uma taxa mais alta para compensar o maior risco de falha de auditoria (Simunic, 1980; Firth, 1993; Brinn et al., 1994). Hay e Knechel (2004) apontam que a demanda por auditoria é uma função do conjunto riscos enfrentados pelas partes interessadas em uma organização (credores, administradores, acionistas etc.) e um conjunto de controle de mecanismos disponíveis para mitigar esses riscos.

Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Felix Jr., Gramling e Maletta (2001), Hogan e Wilkins (2008) e Munsif, Raghunandan, Rama e Singhvi (2011), que evidenciaram que as empresas com controles internos com melhor qualidade tendem a ter menores dispêndios referentes aos honorários de auditoria, constatando uma relação negativa entre controles internos e os honorários de auditoria. Todavia, estudos realizados por Goodwin-Stewart e Kent (2006) e Hay, Knechel e Ling (2008) encontraram relação positiva entre as variáveis.

Desta forma, percebe-se que o gerenciamento de riscos e controles internos podem vir a influenciar de forma relevante os processos de negociação e planejamento dos trabalhos de auditoria, o que, por sua vez, afeta diretamente a definição dos honorários de auditoria. Porém, na prática, conforme relatado em estudos anteriores a determinação da relação entre o valor cobrado pela auditoria e o serviço a ser prestado não se apresenta de forma clara.

Nessa perspectiva, evidencia-se a relevância da avaliação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos como forma de análise e definição da extensão dos testes de auditoria, procedimentos estes que refletem no valor dos honorários de auditoria, o que dá suporte a seguinte hipótese a ser testada empiricamente:

H1: Os honorários de auditoria cobrados pelas firmas de auditoria em companhias que negociam na B³ tendem a ser menor de acordo com a maior divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das empresas.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se a estratégia de investigação adotada que embasará os resultados que serão reportados e discutidos nesta pesquisa. Em seguida, são apresentados os parâmetros e abordagens metodológicas utilizadas para o cálculo do Índice de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos, assim como as variáveis de controle. Depois, por se tratar de uma pesquisa empírica-analítica com aplicação de inferências estatísticas, evidenciam-se os procedimentos de seleção da amostra e coleta de dados. Por último, apresenta-se o modelo estatístico que será empregado.

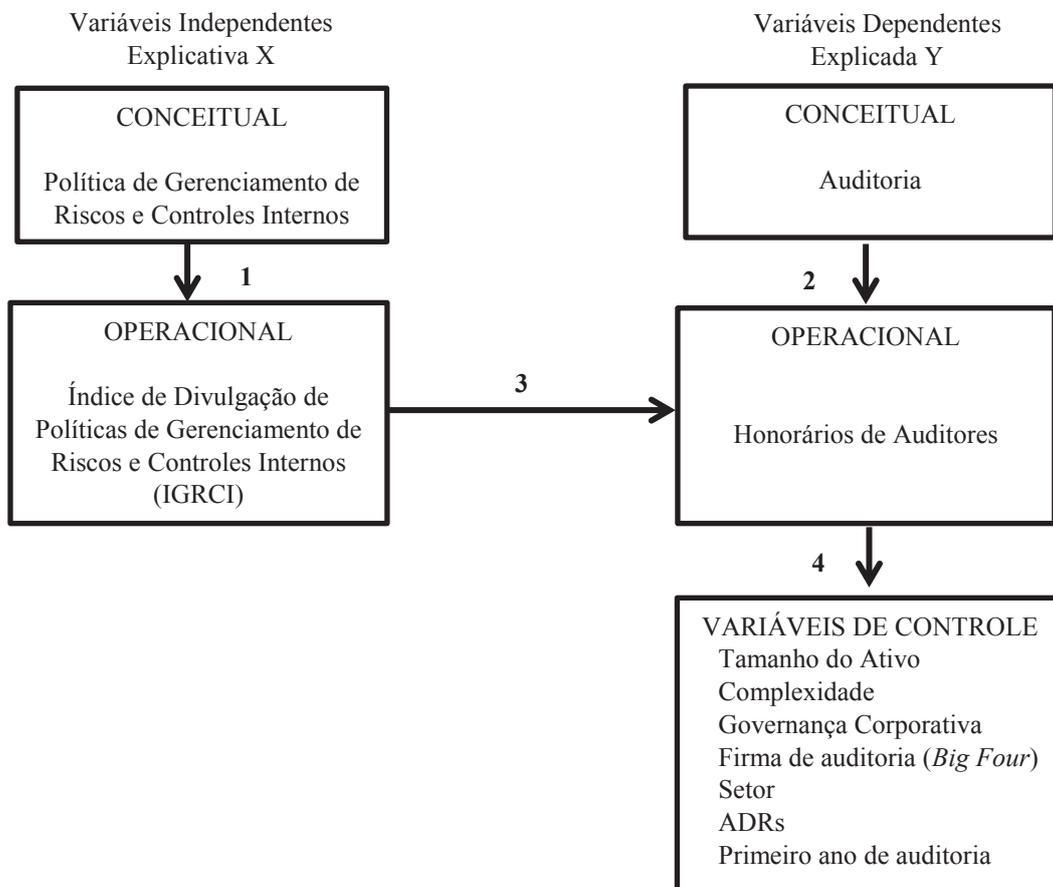
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo qualifica-se como uma pesquisa descritiva, no qual se investiga a relação entre os honorários de auditoria e as políticas de gerenciamento de risco e controles internos divulgadas pelas empresas no mercado de capitais brasileiro em coletada de dados secundários a partir dos Formulário de Referência. Cooper e Schindler (2013) descrevem as pesquisas descritivas por objetivar descrever situações, explicar como é e como se manifesta determinado fenômeno, sem influenciar ou interferir neste.

Os dados necessários ao estudo foram obtidos por meio de pesquisa documental nos Formulários de Referência das respectivas companhias que negociam na B³. Segundo Silva e Grigolo (2002), na pesquisa documental tratam-se matérias que ainda não receberam uma análise aprofundada, no qual visa selecionar e interpretar a informação bruta, buscando extrair algum sentido e gerando algum valor.

Por último, em relação à abordagem do problema, este estudo apresenta características predominantemente quantitativas. As variáveis analisadas neste estudo são apresentadas na Figura 1 e sintetizam o encadeamento das variáveis de investigação, de acordo com o modelo de Libby, Bloomfield e Nelson (2002).

Figura 1:
Modelo de pesquisa



FONTE: Adaptado de Libby, Bloomfield e Nelson (2002).

A análise dos resultados é orientada pela associação entre a *proxy* denominada Índice de divulgação políticas de gerenciamento de risco e controles internos e remuneração dos auditores conforme *link 3*. Para tanto, as ligações entre os conceitos e as definições operacionais são conectadas pelos *links 1 e 2*. Esta associação pode sofrer influência de outros fatores entendidos como variáveis de controle (*links 4*). Nas seções seguintes, apresenta-se a descrição de cada uma das variáveis indicadas nesse esquema.

3.2 ÍNDICE DE POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Para esta pesquisa foi desenvolvida uma métrica de divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos. A decisão de construção da métrica foi motivada como uma nova forma de avaliação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos reportados pelas empresas

e que é adaptada à realidade normativa das companhias brasileiras que negociam na B³, conforme a regulação da CVM.

A abordagem adotada para a construção da métrica foi a partir de regulamentos atuais da CVM, em específico a Instrução CVM nº 480 (CVM, 2009) que substituiu a Instrução CVM nº 202 (CVM, 1993), dispendo sobre as condições para registro de emissores de valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil e, entre elas relaciona uma série de informações, periódicas e eventuais, que devem ser disponibilizadas para os acionistas e enviadas à CVM. Essa Instrução em sua Subseção II adotou como um dos principais documentos, o Formulário de Referência, que se estabelece como um instrumento de divulgação da informação contábil baseada em textos narrativos.

O Anexo 24, da ICVM n. 480/2009 descreve o conteúdo do Formulário de Referência. O Formulário foi concebido para oferecer ao investidor as principais informações sobre o emissor, como atividades desenvolvidas, fatores de risco, políticas de gerenciamento de risco, controles internos, grupo econômico, ativos relevantes, estrutura de capital, dados financeiros históricos e os comentários dos administradores sobre tais fatos, projeções e estimativas divulgadas, administração, recursos humanos, operações com partes relacionadas, plano de recompra das ações, política de divulgação de informações e valores mobiliários emitidos tornando mais transparente tais informações para as partes interessadas, na qual se inclui os auditores.

A construção da medida de divulgação das políticas de gerenciamento e controles internos considera as informações contidas nos Formulário de Referência divulgados pelas companhias anualmente a CVM. Para análise das informações prestadas pelo emissor por meio dos Formulário de Referência, as informações foram mapeadas e registradas no instrumento próprio de coleta, sendo, em seguida, avaliadas e mensuradas segundo a percepção do pesquisador, consoantes com os critérios estabelecidos pela própria Instrução da CVM n. 480/2009. A descrição das políticas de gerenciamento de riscos e controles internos inerentes ao negócio da empresa são informações apresentadas pelo Formulário de Referência. Nesses itens devem ser expostos, por ordem de relevância, todas e quaisquer informações referentes a políticas de gerenciamento de riscos e controles internos que possam influenciar a decisão dos usuários.

Com vista à avaliação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das companhias que negociam na B³, a seleção dos itens do formulário contemplou aqueles que os administradores devem “descrever” ou “comentar” acerca das políticas de gerenciamento de risco e controles internos. A partir desse critério, foram selecionadas duas seções do Formulário de Referência, contemplando os itens apresentados no Quadro 3.

Quadro 3:
Itens do Formulário de Referência - seções 4 e 5

Categorias	Subcategorias / Conteúdo
Fatores de risco	<p>Seção 4, item 4.1</p> <p>Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados: ao emissor; a seu controlador, direto ou indireto; a seus acionistas; aos setores da economia nos quais o emissor atue; à regulação dos setores em que o emissor atue etc.</p> <p>Seção 4, item 4.2</p> <p>Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.</p>
Política de Gerenciamento de Risco	<p>Seção 5, item 5.1</p> <p>Informar se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos; destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;</p> <p>Informar os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (1) os riscos para os quais se busca proteção; (2) os instrumentos utilizados para proteção; (3) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.</p> <p>Informar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.</p>
Política de Gerenciamento de Risco de Mercado	<p>Seção 5, item 5.2</p> <p>Informar se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.</p> <p>Informar os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: (1) os riscos de mercado para os quais se busca proteção; (2) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; (3) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado.</p> <p>Informar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.</p>
Controles Internos	<p>Seção 5, item 5.3</p> <p>Indicar as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;</p> <p>Indicar as estruturas organizacionais envolvidas;</p> <p>Indicar se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;</p> <p>Indicar deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;</p> <p>Indicar comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.</p>

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

O conteúdo de cada um dos itens componentes das seções do Quadro 3 contribuiu para direcionar os requisitos necessários para obter o Índice de divulgação de políticas de gerenciamento

de risco e controles internos. Para isto fez-se necessário o emprego de 17 critérios que as companhias de forma descritiva devem apresentar as suas informações quantitativas e qualitativas correspondentes as políticas de gerenciamento de riscos e controles internos. Desta maneira, apresenta-se estes critérios no Quadro 4.

Quadro 4:

Métrica de divulgação das políticas de gerenciamento de riscos e controles internos

ITEM	REFERÊNCIA
POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	
1	Divulga fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento;
2	Divulga a data e o setor interno responsável emissão de políticas de gerenciamento de risco ou as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;
3	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco referente aos riscos para os quais busca proteção;
4	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco referente aos instrumentos utilizados para proteção;
5	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco referente a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;
6	Divulga a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;
POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO	
7	Divulga quantitativa e qualitativamente os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto incluindo os riscos cambiais e a taxas de juros;
8	Divulga as políticas de gerenciamento de risco de mercado referente ao órgão emissor e data da aprovação da política de gerenciamento de risco de mercado ou informa as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;
9	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado, referente aos riscos para os quais busca proteção;
10	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado;
11	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado referente a estrutura organizacional de controle;
12	Divulga a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;
CONTROLES INTERNOS	
13	Divulga as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;
14	Divulga as estruturas organizacionais envolvidas em relação aos controles adotados;
15	Divulga se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;
16	Divulga as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente;
17	Divulga os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas;

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Para cada item do Quadro 4 foi atribuído categorização semelhante a percepção do pesquisador por meio da codificação numérica da metodologia adotada por Beuren, Boff e Hein

(2008) que verificaram se empresas familiares de capital aberto evidenciaram nos Relatório da Administração informações recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM. Nesse sentido, a categorização da pontuação de cada item da métrica está disposta no Quadro 5.

Quadro 5:
Tipos de informações e respectivos significados

Pontuação	Tipo	Significado
3	Informação Completa	A informação prevista encontra-se presente e completa no Formulário de Referência.
2	Informação Genérica	A informação prevista encontra-se presente no Formulário de Referência, porém de maneira genérica, não específica.
1	Informação Incompleta	A informação prevista encontra-se presente no Formulário de Referência, porém de maneira incompleta.
0	Informação Ausente	A informação prevista não se encontra no Formulário de Referência.

FONTE: adaptado de Beuren, Boff e Hein (2008).

Destaca-se que apesar da subjetividade na avaliação da divulgação políticas de gerenciamento de risco e controles internos, foi averiguado em consonância com o estabelecido na Seção I da ICVM n. 480/2009, que trata das Regras Gerais do Emissor, o artigo 14 que determina que o emissor deve divulgar informações verdadeiras, completas, consistentes e que não induzam o investidor a erro; assim como o artigo 17 que dispõe que as informações fornecidas pelo emissor devem ser úteis à avaliação dos valores mobiliários por ele emitidos.

Desse modo, no mapeamento da métrica foi atribuído pontuação “0” quando as informações não foram encontradas nos Formulários de Referência, ou seja, a empresa não se preocupou em divulgar nenhum dado sobre o critério analisado; foi atribuído a pontuação “1” quando as informações previstas encontravam-se presente no Formulário de Referência de maneira incompleta, não cumprindo a divulgação dos requisitos mínimos expostos na descrição do texto do critério; a pontuação “2” foi atribuída quando as empresas divulgavam as informação prevista conforme apresentado no critério observado (com conotação verdadeira, completa, consistente e com possibilidade de não induzir o investidor a erros), todavia de forma genérica, isto é, de forma superficial, que não se demonstrasse relevante à avaliação das informações divulgadas conforme o artigo 17 da ICVM n. 480/2009; a pontuação “3” foi atribuído quando a empresa, divulgava, além do

descrito no item anterior, informações com conotação de ser efetivamente útil para efeitos de avaliação dos valores mobiliários por ele emitidos.

Utilizando-se tais critérios, cada companhia da amostra recebeu uma pontuação individual absoluta que variou de 0 a 51 pontos (17 itens, com a pontuação máxima de 3 pontos). O número total final de cada companhia foi dividido em cada ano pela pontuação absoluta máxima (51 pontos), o que resultou em um índice com valores na escala de 0 a 1. Este número compreendeu a *proxy* do IGRCI que comporá o modelo de inferências estatísticas.

3.3 VALIDAÇÃO DO ÍNDICE DE POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em função do Índice de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos ser composto basicamente com dados apresentados no Formulário de Referência, não se utilizou mecanismo para validação externa, uma vez que este procedimento é recomendável quando há subjetividade na coleta e análise de dados.

Para verificar a confiabilidade interna do Índice de políticas de gerenciamento de risco e controles internos (IGRCI) foi realizado o teste de Alfa de Cronbach, *ex-post* a coleta de dados. Conforme Cooper e Schindler (2013) a consistência interna de um instrumento mensurado pelo Alfa de Cronbach varia entre 0 e 1 representando a média de todos os coeficientes de correlação entre o score de cada item da medida e o score total dos demais itens. Quando o índice for maior que 0,7 pode-se dizer que há confiabilidade interna nas medidas. Em alguns cenários de investigação, como nas ciências sociais, um alfa de 0,6 é considerado aceitável. Abaixo desse valor, a confiabilidade do instrumento não é admitida. O valor obtido é apresentado com a análise dos resultados no Capítulo 4.

3.4 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A população da pesquisa contempla as companhias brasileiras de capital aberto que negociam suas ações na B³. Para a construção da amostra, classificada como não probabilística, restringe-se às empresas brasileiras listadas na B³ no período de 2016.

O período selecionado do ano 2016 para a análise de dados concerne à modificação correspondente a Instrução CVM n. 552/2014 que introduziu importantes alterações quanto a regras de "*disclosure*" (transparência) das companhias abertas brasileiras. A Instrução entrou em vigor em

1º de janeiro de 2015, cujas alterações no Formulário de Referência passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016.

Dentre as alterações estabelecidas pela Instrução, a principal estabelece modificações na apresentação da Seção 5 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos - do Formulário de Referência. Anteriormente, não havia nenhuma distinção e obrigatoriedade da descrição dos controles internos por parte das companhias. Ressalta-se, que no item 5.3 – Política de gerenciamento de riscos e controles internos deve-se relatar as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las. Nesse contexto, a pesquisa se restringe a análise dos Formulário de Referência referentes ao período de 2016, no qual se passa a ter a determinação da apresentação detalhada da descrição dos controles internos de cada companhia.

Inicialmente verificam-se as empresas listadas na B³ de acordo com a sua categoria de registro: “A” e “B”. A categoria “A” autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor nos mercados regulamentados, abrangendo ações, debêntures, debêntures conversíveis, bônus de subscrição, nota comercial, contrato de investimento coletivo, certificados de depósito de valores mobiliários, certificados de recebíveis imobiliários, certificado de recebíveis de agronegócio e título de investimento coletivo. A categoria “B” exclui a autorização para negociar ações e certificados de depósito de ações ou valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir ações ou certificados de depósito de ações, em consequência de sua conversão ou do exercício dos direitos que lhe são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor. Todos os demais valores mobiliários podem ser negociados pela categoria B.

A partir desse critério, foram selecionadas duas seções do Formulário de Referência, contemplando o item 4.1 e 4.2 referentes a seção de Fatores de risco, assim como os itens 5.1 Política de Gerenciamento de Risco, 5.2 Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e 5.3 Controles Internos para o desenvolvimento da métrica de análise das políticas de gerenciamento de riscos e controles internos divulgados pelas empresas. Estes campos são facultativos para o emissor registrado na categoria B. Dessa forma, estas empresas não integraram a amostra em análise.

Em dezembro de 2016, a CVM possuía com registros ativos 633 empresas brasileiras com ações negociadas na B³. Para a população em análise correspondente ao período de 2016, apresenta-se que 87 companhias foram desconsideradas da amostra, pois não apresentaram informações suficientes para a análise e 180 empresas se encontravam classificadas na categoria “B”. Desta forma,

a amostra abrangeu 366 companhias que disponibilizaram as informações em seu Formulário de Referência relativas ao respectivo período de análise. Na Tabela 1 resumem-se os critérios adotados para a definição da população e amostra final.

Tabela 1:
Seleção da Amostra

Critérios	Número de empresas	%
Empresas com registro ativo	633	100
(-) Categoria "B"	(180)	28
(-) Empresas com informações insuficientes	(87)	14
Amostra Final	366	58

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Ressalta-se que um fator determinante para mensurar as variáveis relacionadas à divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos foi a utilização do Formulário de Referência. O Formulário de Referência veio para substituir as antigas Informações Anuais (IAN). Além de arquivá-lo no momento do registro, as companhias precisam entregar o Formulário de Referência atualizado anualmente, em até 05 (cinco) meses a contar da data de encerramento do exercício social, devendo também reintegrar o formulário atualizado na data do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários.

Conforme comunicado da CVM (2009), a criação do Formulário de Referência significa a implantação de um modelo desejável e compatível com a realidade do mercado brasileiro. Segundo o mesmo comunicado, o formulário de referência garante uma melhor qualidade das informações contábeis periódicas que são colocadas à disposição para o público externo, convergindo às regras e padrões brasileiros a padrões próximos aos recomendados pelas instituições financeiras internacionais.

Destaca-se, assim, estudos que surgiram como os de Bortolon, et al. (2012), Hallak e Silva (2012), Castro et al. (2015), Brighenti et al. (2016), Kaveski e Cunha (2016), Dantas et al. (2016), Borges et al. (2017), Binda et al. (2017) que utilizaram informações do Formulário de Referência para avaliar a remuneração dos auditores em determinado período. O presente trabalho pretende desta forma, com o auxílio das informações expostas mediante o Formulário de Referência, medir a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos divulgadas pelas empresas que negociam na B³ para identificar a sua relação com os honorários de auditoria.

3.5 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

O modelo a ser utilizado na pesquisa para descrever a relação entre a *proxy* de divulgação das Políticas de Gerenciamento de Risco e Controles Internos e os honorários de auditoria busca investigar a existência de um relacionamento linear entre as variáveis. A fim de atender o objetivo deste trabalho será realizada uma regressão linear múltipla com a utilização da ferramenta estatística com o software IBM SPSS® *Statistics version 20* para o teste dos modelos econométricos.

Nessa perspectiva, considera-se como variável dependente os honorários de auditoria pagos pelas empresas listadas na B³, como variável independente o índice de divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos e como variáveis repressoras de controle: o Tamanho do Ativo, a Complexidade, Nível de Governança Corporativa, a Firma de Auditoria (*Big Four*), Setor da empresa, emissão de ADR pela empresa e Primeiro ano de contrato de auditoria.

Estabelecendo os honorários de auditoria como função da divulgação das Políticas de Gerenciamento de Risco e Controles Internos e outras variáveis de controle, a relação linear múltipla a ser investigada pode ser expressa por:

$$\mathbf{HAUD}_i = \beta_0 + \beta_1 \mathbf{IGRCI}_i + \beta_2 \mathbf{TAM}_i + \beta_3 \mathbf{COMPL}_i + \beta_4 \mathbf{GOV}_i + \beta_5 \mathbf{BIGF}_i + \beta_6 \mathbf{SET}_i + \beta_7 \mathbf{ADR}_i + \beta_8 \mathbf{PAC}_i + \varepsilon_i$$

Em que,

HAUD_i = Honorário de auditoria para empresa i no período t;

IGRCI_i = Índice de políticas de gerenciamento de fatores de riscos capturada através da métrica;

TAM_i = Tamanho do ativo da empresa i no período t;

COMPL_i = Subsidiárias da empresa i no período t;

GOV_i = Nível de Governança Corporativa, segmentos diferenciados da B³ (Brasil, Bolsa, Balcão) (NM, N1 e N2) da empresa i no período t;

BIGF_i = Firma de Auditoria da empresa i atua no período t;

SET_i = Setor em que a empresa i atua no período t;

ADR_i = ADRs da empresa i no período t;

PAC_i = Primeiro ano de contrato de auditoria da empresa i no período t;

β₀ = constante, intercepto do modelo; período = t; empresa = i;

β₁, **β**₂, **β**₃, **β**₄, **β**₅, **β**₆, **β**₇, **β**₈ = Coeficientes estimados da regressão;

ε_i = Estimativa de erros aleatórios da regressão.

A escolha das variáveis do estudo para explicar o valor dos honorários, no modelo proposto, teve como base as variáveis mais utilizadas pelas pesquisas prévias expostas na revisão da literatura. De modo geral, as variáveis utilizadas neste estudo, os respectivos autores nos quais foram consubstanciadas e a relação esperada e encontrada por eles com os honorários estão evidenciados na próxima seção.

3.6 VARIÁVEIS DE CONTROLE

Para ajudar a analisar a relação entre as políticas de gerenciamento de riscos e os honorários de auditoria foram selecionadas as seguintes variáveis explicativas: Tamanho da Empresa (TAM), Complexidade (COMPL), Níveis de Governança (GOV), Firma de Auditoria (BIGF), Setor de atividade (SET), *American Depositary Receipts* (ADR) e Primeiro ano de contrato de auditoria (PAC). De forma resumida as variáveis com potencial explicativo estão sintetizadas no Quadro 6.

Quadro 6:
Resumo das variáveis de controle

Variáveis	Definição Operacional	Relação esperada	Coleta de dados	Pesquisas
Tamanho da empresa (TAM)	Trata-se de uma <i>proxy</i> do porte da empresa. Logaritmo natural do Ativo.	(+)	Formulário de Referência Item 3.1 – Informações Financeiras	Simunic (1980), Firth (1997), Ahmed et al. (2005), Cameran (2005), Firer e Swartz (2006), Clatworthy e Peel (2006), Hallak e Silva (2012), Rusmanto e Waworuntu (2015), Dantas et al. (2016) e Binda et al. (2017).
Complexidade (COMPL)	Variável <i>dummy</i> : D = 1 – possui subsidiária na estrutura organizacional; D = 0 – não possui subsidiária na estrutura organizacional.	(+)	Formulário de Referência Item 7.1 – Atividades do emissor	Palmrose (1996), Firth (1997), Ahmed e Goyal, (2005), Cameran (2005), Firer e Swartz (2006), Jaramillo et al. (2012), Castro et al. (2015), Ulhaq e Leghari, (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), Brighenti et al. (2016) e Borges et al. (2017).
Níveis de Governança (GOV)	Variável <i>dummy</i> : D = 1 – empresas classificadas em Níveis (NM, N1, N2) de Listagem da B ³ ; D = 0 – empresas não classificadas em Níveis da B ³ .	(-)	Segmentos especiais de listagem da B ³	Carcello et al. (2002), Hallak e Silva (2012), Karim e Hasan (2012), Hassan e Naser (2013), Castro et al. (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), Brighenti et al. (2016), Dantas et al. (2016) e Borges et al. (2017).
Firma de Auditoria (BIGF)	Variável <i>dummy</i> : D = 1 – firma contratada pertence ao grupo das Big Four (KPMG, Deloitte, Ernst & Young e PWC); D = 0 – firma contratada não pertence ao grupo das Big Four (KPMG, Deloitte, Ernst & Young e PWC).	(+)	Formulário de Referência Item 2.1 – Auditores	Che Ahmad e Houghton, (1996), Palmrose (1996), Adams et al. (1997), Cameran (2005), Owusu-Ansah et al. (2010), Hallak e Silva (2012), Hassan e Naser (2013), Urhoghide e Izedonmi (2015), Kikhia (2015) e Brighenti et al. (2016).
Setor de Atividade (SET)	Variável <i>dummy</i> : D = 1 – empresas classificadas em algum setor regulado da economia; D = 0 – empresas não classificadas em setores regulados da economia.	(-)	Classificação Setorial de listagem da B ³	Clatworthy e Peel (2006), Karim e Hasan (2012), Jaramillo et al. (2012), Urhoghide e Izedonmi (2015), Kikhia (2015), Castro et al. (2015) e Borges et al. (2017).
<i>American Depositary Receipts</i> (ADR)	Variável <i>dummy</i> : D = 1 – empresas emissoras de ADR; D = 0 – empresas não emissoras de ADR.	(-)	Bolsa de Valores de Nova York - NYSE	André et al. (2010)
Primeiro ano de contrato de auditoria (PAC)	Variável <i>dummy</i> : D = 1 – empresas em primeiro ano de contrato de auditoria; D = 0 – empresas com contratos de auditoria já vigentes.	(+)	Formulário de Referência Item 2.1 – Auditores	Jaramillo et al. (2012) e Castro et al. (2015).

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Muitos são os indicadores utilizados para reportar o Tamanho da Empresa, os mais comuns são o tamanho da empresa auditada, volume de negócios e valor de mercado da empresa. A maioria dos pesquisadores prefere o valor dos ativos totais, pois é um bom indicador determinar quanto esforço de auditoria está envolvido no planejamento dos trabalhos.

Conforme estudos anteriores o tamanho do cliente é a variável explicativa mais significativa determinar as taxas de auditoria. Uma empresa com grandes ativos ou o volume de negócios terá que pagar taxas de auditoria um auditor terá que gastar mais tempo e recursos para realizar a auditoria de uma grande empresa. Acrescenta-se que as grandes empresas são mais descentralizadas e, portanto, o problema da informação assimétrica é provavelmente maior para estas empresas. Os elementos de contratos com grandes empresas podem demandar monitoramento e controle da auditoria, o que por sua vez incorre em custos mais altos do que as pequenas empresas para problemas de agência (Ahmed & Goyal, 2005).

Neste sentido, o tamanho da empresa auditada é medido com relação ao Total de Ativos ao final do período da empresa. Trata-se de uma *proxy* para o porte, medido pelo logaritmo natural do Ativo Total. Esta transformação ocorre para normalizar a distribuição do conjunto de dados. As maiores empresas tendem a ter uma política de gerenciamento de risco mais estruturada. Pela mesma razão tendem a serem menos suscetíveis a riscos estratégicos, operacionais ou financeiros em razão ao nível de administração dos riscos ao seu negócio. Esta variável é referenciada como TAM.

Como o Tamanho da Empresa, a complexidade da execução do trabalho de auditoria tem sido incorporada na maioria dos estudos de honorários de auditoria. Espera-se, que a quantidade de esforços de auditoria gastos aumente conforme aumenta a complexidade dos trabalhos de auditoria a ser executado, o que por sua vez, levaria ao aumento dos honorários de auditoria. As medidas que foram usadas em pesquisas anteriores incluem o número de filiais, o número de subsidiárias, localização de filiais, proporção de estoque para ativo total, relação de recebíveis para total ativo e diversificação de atividades. Percebe-se, assim, que a avaliação desses itens é uma tarefa complexa que requer uma previsão de eventos futuros e uma análise de subjetividade de determinadas questões por parte gestão do cliente (Simon & Taylor, 1997).

Neste estudo, a variável correspondente a presença de subsidiária na estrutura organizacional das companhias é rotulada como COMPL. Diz respeito a uma *dummy* para a complexidade, no qual são distinguidas as empresas que possuem subsidiária ou não. Uma relação positiva entre essa variável e os honorários de auditoria é esperada. Isto é consistente com outras pesquisas que apresentam esta relação (Palmrose, 1996; Firth, 1997; Ahmed & Goyal, 2005; Cameran, 2005; Firer

& Swartz, 2006; Jaramillo et al., 2012; Castro et al., 2015; Ulhaq & Leghari, 2015; Urhoghide & Izedonmi, 2015; Brighenti et al., 2016; Borges et al., 2017).

Tsui et al. (2001) argumentam que uma governança corporativa de alta qualidade resultará em melhores controles internos que por sua vez, leva a menores riscos e honorários. Jesus e Alberton (2007) concluem em sua pesquisa que as características relacionadas à Governança Corporativa contribuem para o perfil das empresas perante o mercado de capitais, o que favorece os investidores na realização de negócios com menores riscos, devido a melhores práticas contábeis e de auditoria.

Estudos realizados no Brasil se utilizaram dos níveis diferenciados de governança da B³ como *proxy* de governança e os resultados se apresentam divergentes. Os trabalhos de Bortolon et al. (2013) e Martinez et al. (2014) observaram uma relação negativa entre governança corporativa e honorários de auditoria, enquanto, Hallak e Silva (2012) e Castro et al. (2015) encontraram relação positiva.

Desta forma, utilizou-se uma variável *dummy* representando a possibilidade de o cliente estar em algum nível diferenciado de governança corporativa da B³, isto é, Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1, desconsiderando-se diferenças entre esses níveis distintos de listagem; Esta variável GOV é uma *proxy* para refletir os melhores níveis de controle interno e práticas de governança nas empresas.

A expectativa dos trabalhos desenvolvidos pelas 4 grandes empresas de auditoria - Deloitte & Touche, Ernst & Young, KPMG e Pricewaterhouse Coopers (*Big Four*) são de que estes possuem mais qualidade provável prestar mais atenção para verificar as contas de seus clientes.

Torna-se interessante a análise do tamanho de uma firma de auditoria porque pesquisas anteriores demonstraram resultados divergentes, apesar de grande parte apresentar uma relação positiva entre as variáveis. Grandes firmas de contabilidade são mais propensas a ter habilidades de auditoria especializadas, sistemas de contabilidade complexos e numerosos escritórios que podem executar trabalhos para empresas com operações dispersas (Francis, 1984).

Com base nestes critérios, uma variável *dummy* é construída onde um o valor 1 é atribuído quando uma empresa é auditada por uma firma *Big Four*, caso contrário, é atribuído o valor 0. A variável é rotulada como BIGF. Uma relação positiva é esperada entre esta variável e os honorários de auditoria.

Ao que se refere a variável SET, utilizou-se uma *dummy* para indicar se a empresa está classificada em algum setor regulado da economia ou não. No Brasil, de acordo com os resultados encontrados por Castro et al. (2015), pode haver uma relação positiva entre esses setores e os honorários de auditoria. Espera-se que determinados segmentos impactem os honorários de auditoria, no intuito de verificar se os auditores observam maiores ou menores riscos nesses segmentos. A

expectativa é que a variável correspondente a setores regulados da economia possua relação positiva para com os honorários de auditoria.

No que diz respeito aos ADRs, esta é uma sigla para *American Depositary Receipt*, são recibos de ações emitidos nos EUA para negociar ações de empresas de fora do país na Bolsa de Nova York. Uma empresa brasileira, por exemplo, para ter suas ações negociadas na NYSE precisa ser emitida em forma de títulos, com o nome de ADRs.

A utilização desta variável se estabelece a partir do entendimento de que a empresa que negocia seus títulos em outros mercados tende a comportar uma maior exigência por órgãos externos de estruturas de controle e gestão de riscos. Deste modo, uma variável *dummy* foi aplicada para representar as empresas emissoras de ADRs. Esta variável ADR é uma *proxy* para caracterizar empresas que seguem regulamentações de mercado além das estabelecidas pela CVM para o mercado brasileiro

Mudanças de firma de auditoria no primeiro ano de contrato se demonstraram positivamente relacionadas com maiores honorários de auditoria em estudos realizados por Jaramillo et al. (2012) e Castro et al. (2015). Conforme Siregar, Amarullah, Wibowo e Anggraita (2010) os primeiros anos de contrato podem vir a se identificar como menos efetivos na vigência do contrato, haja vista a necessidade maior de tempo para a identificação dos riscos potenciais de auditoria. A variável é rotulada como PAC, no qual utilizou-se uma *dummy* para apontar se a auditoria realizada consta como primeiro ano do auditor ou não. Nesse sentido, busca-se verificar a prática dos auditores de aumentarem os valores dos honorários no primeiro ano de auditoria pela falta de informações e conhecimento acerca dos riscos do novo cliente.

3.7 TESTE DE NORMALIDADE

De acordo com Favero, Belfiore, Silva e Chan (2009) o teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) é um teste de aderência, isto é, compara a distribuição de frequências acumuladas de um conjunto de valores amostrais com uma distribuição teórica. O objetivo é testar se os valores amostrais são oriundos de uma população com suposta distribuição teórica ou esperada, neste caso a distribuição normal. Na Tabela 2 é apresentado o resultado da aplicação do teste de normalidade para as variáveis não binárias da pesquisa descritas no modelo da pesquisa.

Tabela 2:
Teste de Normalidade

Variável	Sig.
HAUD	0,200
IGRCI	0,000***
TAM	0,000***

***significativo ao nível de 1%

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Demonstra-se a partir da Tabela 2, que as variáveis de pesquisa Índice de divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos (IGRCI) e a variável Tamanho (TAM) não apresentam distribuição que se aproxime de uma distribuição normal. A exceção é a variável dependente honorários de auditoria que apresenta normalidade.

Diante das evidências de que as variáveis de pesquisa não apresentam distribuição normal, alternativas para inferências serão aplicações de testes não paramétricas. Como o objetivo desta pesquisa é identificar a relação entre honorários de auditoria e divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos em empresas que negociam na B³, análises não paramétricas serviram de base para inferências sobre estes comportamentos.

3.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Identifica-se que as principais limitações desta pesquisa se referem a elaboração do índice de divulgação das políticas de gerenciamento de risco e as variáveis de controles selecionadas. Além disso, faz-se uma ressalva quanto ao período de tempo estudado.

Outra limitação do estudo é a *proxy* utilizada para mensurar a divulgação das políticas de gerenciamento de risco. Como se trata de um índice, a variável possui limitações como percepções do pesquisador ao avaliar a pontuação dos itens divulgados e não divulgados. Apesar da construção de tal métrica possuir embasamento a partir da própria norma da CVM, envolve certo nível de subjetividade quanto ao processo de seleção das informações a serem investigadas e também na atribuição de valores quanto à presença ou não das informações no Formulário de Referência. Como resultado, quaisquer elementos informativos divulgados pelas empresas foram desse âmbito do Formulário de Referência não são considerados na análise.

Acrescenta-se como limitação as variáveis de controle escolhidas para compor o modelo estatístico em análise. É possível admitir como limitação a existência de alguma variável de controle

não contemplada na presente pesquisa, mas que possa ter potencial de influenciar os honorários de auditoria das empresas que integraram a amostra da pesquisa.

Além disso, ressalta-se que os resultados são restritos à amostra analisada durante o período investigado, representando apenas um recorte da realidade. Não compor uma sequência histórica mais longa de dados representa uma limitação na pesquisa empírica realizada. Diante do fato de que o desenvolvimento de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos pode ser considerado um processo longo e um horizonte de tempo maior certamente propiciariam melhores condições para análise, visto que poderia capturar maiores modificações nas políticas de gerenciamento de riscos e controles internos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação da análise de resultados está dividida em 5 partes: Na seção 4.1 é feita a apresentação das estatísticas descritivas com relação às variáveis da pesquisa. Na sequência, na seção 4.2 é identificado um sumário dos resultados do Índice de Políticas de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (IGRCI), com aplicação de testes não paramétricos de diferença de média. No que se refere à seção 4.3, demonstra-se os resultados encontrados da associação linear entre as variáveis da pesquisa. A seção 4.4 conta com o teste de Mann-Whitney para comparar as médias dos grupos das variáveis da pesquisa. Com relação à seção 4.5, são analisados os aspectos da regressão multivariada.

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

O estudo presente busca explicar os honorários de auditoria através das variáveis explícitas do modelo proposto. Considerando esse aspecto, a Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas destas variáveis.

Tabela 3:
Estatística descritiva das variáveis do estudo

	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de variação	Frequência
HAUD	8,7483	18,2647	12,8773	12,9515	1,6369	0,1271	
IGRCI	0,0196	0,9803	0,5598	0,598	0,2556	0,4566	
TAM	9,1178	29,1557	20,837	21,4013	3,1597	0,1516	
SET							33,06%
ADR							6,28%
GOV							43,16%
BIGF							72,95%
PAC							19,94%
COMPL							52,45%

NOTA: *HAUD* representa o logaritmo natural do valor dos honorários totais da empresa *i* no período *t*; *TAM* se refere ao logaritmo natural do valor dos ativos totais da empresa *i* no período *t*; *SET* corresponde a uma variável *dummy* em que é atribuído o valor de 1 para empresa *i* no período *t* classificadas em algum setor regulado da economia e 0 para as demais; *ADR* é uma variável *dummy*, assumindo 1 se a empresa *i* possui *American Depositary Receipt* (ADR) no período *t* e 0, caso contrário; *GOV* é uma variável *dummy* que refere-se a empresa *i* no período *t* em que é atribuído 1 para empresas classificadas em Níveis (NM, N1, N2) de Listagem da B³ e 0 para as demais. *BIGF* é uma variável *dummy*, assumindo 1 se a firma de auditoria da empresa *i* no período *t* é uma das *Big 4*, e 0, caso contrário; *PAC* representa uma variável *dummy* para com valor de 1 para empresa *i* no período *t* em primeiro ano de contrato de auditoria e 0 para as demais; *COMPL* é uma variável *dummy* que iguala 1 se a empresa *i* apresenta subsidiárias em sua estrutura organizacional e 0, caso contrário.

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

As variáveis não binárias (HAUD, IGRCI e TAM) mostraram pouca variabilidade, percebida pela proximidade nos valores da média e mediana, assim como pelo valor relativamente baixo de seus respectivos desvios padrão para as *proxies* HAUD e IGRCI, apesar de a *proxy* TAM apresentar um desvio padrão levemente maior.

Destaca-se que em razão da elevada amplitude dos valores de HAUD e do TAM foram utilizados o logaritmo natural como *proxy*. Neste contexto, pode-se verificar um maior coeficiente de variação da *proxy* do IGRCI do que da *proxies* da REM e do TAM. Ou seja, há uma dispersão maior na *proxy* do IGRCI, o que indica uma maior heterogeneidade na distribuição desta variável ao longo da amostra.

Observa-se, ainda, que a *proxy* TAM possui uma mediana mais próxima do valor máximo observado, o que indica que nas empresas da amostra os valores dos ativos representados pelo logaritmo natural destes valores grande parte possui valores altos relacionados ao tamanho dos ativos da empresa. Tal observação, de forma oposta, pode ser realizada a partir da variável HAUD, no qual a média se encontra mais perto do valor mínimo apresentado, o que representa que os valores de honorários de auditoria se encontram mais próximos aos valores baixos.

As variáveis de controle *dummy* buscam representar características presentes na composição das empresas da amostra. A variável SET foi utilizada no modelo com o intuito de evidenciar se setores mais regulados da economia, entende-se que por estes possuírem normas e legislações específicas para a sua forma de atuação no mercado requerem fundamentos consolidados de gerenciamento de risco e controles internos. A variável demonstra que a média das empresas que compõe setores regulados da economia é de aproximadamente 33,06%.

A variável *ADR* representa uma *dummy* que assume o valor unitário quando a empresa possui *American Depositary Receipt* (ADR) e zero, caso contrário. Apresenta-se, assim, o entendimento de que empresas emissoras de ADR sofrem efeito das exigências regulatórias externas em relação às demonstrações publicadas em mercados de capitais do exterior afetando a sua relação perante os honorários de auditoria. Com base nas estatísticas da Tabela 3, percebe-se que em aproximadamente 6,28% das observações da amostra, a emissão de ADRs pelas empresas estão presentes.

Em relação a variável GOV, o objetivo desta variável é analisar se o nível de governança no qual a empresa se encontra listada na B³ está relacionado com a variável dependente. Nesse sentido, conforme apresentado na Tabela 3, cerca de 43,16% das companhias presentes da amostra se encontra em algum destes níveis de governança corporativa.

Foi utilizada a variável BIGF no modelo com o intuito de evidenciar o fator tamanho da firma de auditoria, visto que maiores firmas tendem a cobrar honorários relativamente maiores que firmas menores. Esta variável também é uma *dummy* e assume o valor 1 quando a empresa de auditoria é uma das *Big Four* (KPMG Deloitte Touche Tomatsu, Ernst & Young e PriceWaterhouseCoopers). A Tabela 3 demonstra que em aproximadamente 72,95% das observações da amostra, a empresa de auditoria é representada por uma das *Big Four*.

Com relação a variável PAC, esta indica que os primeiros ano de contrato com a firma de auditoria tende a ser mais honerado por aprte das firmas tendo em vista o tempo incipiente para a identificação dos riscos potenciais de auditoria. A Tabela 3 demonstra que a presença das empresas que se econtram no primeiro ano de contrato com as firmas de auditoria é de aproximadamente 19,94%. Já o objetivo subjacente da variável COMPL é de que em razão do maior número de demonstrações contábeis, em decorrência do número de subsidiárias, depreende-se um maior tempo e expertise dos auditores, o que deccore em honorários de auditoria superiores. Com base nas estatísticas da Tabela 3, observa-se que em em aproximadamente 52,45% das observações da amostra possuem em sua estrutura organizacional a presença de subsidiárias.

4.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO IGRCI

O Índice de Divulgação de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (IGRCI) foi composto por 17 itens que devem ser divulgados conforme as observações de exigência previstas nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência publicados pelas empresas no site da CVM. Estes itens foram codificados a partir da apresentação da informação de forma completa, genérica, incompleta e ausente. Nesse sentido, cada item foi avaliado com uma pontuação a partir do que era apresentado. O índice foi calculado pela razão dos itens pontuados pelos itens totais, variando de 0 a 1, em que valores mais próximos de 1 significam melhores níveis de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos.

O teste de de Alfa de Cronbach foi utilizado para validação da consistência interna da métrica de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos. O resultado do teste foi de 0,93, denota como ótimo o grau de confiabilidade do instrumento de medição. Além disso, os testes estatísticos não indicaram que a exclusão de alguma pergunta pudesse alterar significativamente a confiabilidade dessa medida. Para cada um dos itens observados referentes ao IGRCI, a Tabela 4 apresenta o percentual de empresas que obtiveram cada pontuação numérica relativa ao tipo de informação apresentada.

Tabela 4:
Pontuação das empresas em relação aos itens do IGRCI

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO					
SEQ	ITENS DA MÉTRICA	TIPOS DE INFORMAÇÕES			
		0	1	2	3
1.	Divulga fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento;	1,09%	9,29%	16,12%	73,50%
2.	Divulga a data e o setor interno responsável emissão de políticas de gerenciamento de risco ou as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;	21,31%	27,05%	13,94%	37,70%
3.	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco referente aos riscos para os quais busca proteção;	25,41%	18,58%	24,04%	31,97%
4.	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco referente aos instrumentos utilizados para proteção;	48,63%	13,66%	14,21%	23,50%
5.	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco referente a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;	43,98%	10,66%	11,48%	33,88%
6.	Divulga a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;	44,54%	22,12%	12,30%	21,04%
POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO					
7.	Divulga quantitativa e qualitativamente os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto incluindo os riscos cambiais e a taxas de juros;	16,67%	24,59%	20,49%	38,25%
8.	Divulga as políticas de gerenciamento de risco de mercado referente ao órgão emissor e data da aprovação da política de gerenciamento de risco de mercado ou informa as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;	25,96%	28,96%	15,57%	29,51%
9.	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado referente aos riscos para os quais busca proteção;	23,50%	24,59%	29,78%	22,13%
10.	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado referente aos parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.	30,87%	22,40%	15,86%	30,87%
11.	Divulga os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado referente a estrutura organizacional de controle;	31,97%	25,41%	18,03%	24,59%
12.	Divulga a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;	35,25%	30,33%	18,85%	15,57%
CONTROLES INTERNOS					
13.	Divulga as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;	9,56%	30,60%	12,57%	47,27%
14.	Divulga as estruturas organizacionais envolvidas em relação aos controles adotados;	16,67%	16,67%	31,96%	34,70%
15.	Divulga se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;	13,93%	24,59%	33,61%	27,87%
16.	Divulga as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente;	10,11%	4,64%	15,30%	69,95%
17.	Divulga os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas;	12,57%	10,93%	14,48%	62,02%

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Os resultados indicam que o item 1, correspondente à divulgação fatores de risco, foi o que apresentou a maior divulgação completa das informações dentre todos os itens considerados na métrica (73,50%). Isso pode indicar uma maior prudência das companhias em apresentar aos seus usuários da informação os fatores de risco que possam influenciar a sua decisão de investimento. De forma semelhante, nas políticas de gerenciamento de riscos de mercado, o item com maior média de divulgação foi o corresponde à divulgação quantitativa e qualitativamente dos principais riscos de mercado - item 7.

Os resultados dos itens 2 e 8 demonstram que as divulgações das políticas de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado, ao que refere-se a data e o setor interno responsável emissão das políticas de gerenciamento de risco ou as razões pelas quais o emissor não adotou uma política possuem tendência a divulgação de informações completas, apesar da homogeneidade das frequências das informações de tipo ausente ou incompleta.

Ao que corresponde aos itens 3, 4 e 5 sobre Divulgação de Políticas de Gerenciamento de Riscos e aos itens 9, 10 e 11 nas políticas de gerenciamento de riscos de mercado, estes apresentaram com maior percentagem a informação ausente em tais critérios. Isto sugere que mesmo divulgando os seus fatores e políticas de risco, as companhias optam por não apresentar a forma pela qual estas políticas de risco serão postas em prática, isto é, qual a estrutura e os instrumentos que serão colocados em prática para a execução destas diretrizes de risco estabelecidas.

Nos itens 6 e 12 que se referem a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada há o predomínio de divulgação de informações de forma incompleta ou ausente. O que indica que apesar de conforme indicado no item 13 de que a predominância da divulgação de práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, as companhias parecem não se preocuparem com relação a sua estrutura de riscos congruentes com efetividade de seus controles internos.

Quanto aos Controles Internos, o item 15 referente a supervisão pela administração da eficiência dos controles internos, prevalece a divulgação de forma genérica das informações. Já com relação a divulgação das estruturas organizacionais envolvidas em relação aos controles adotados, item 14, nota-se um alto grau de divulgação das informações, sejam estas de forma genérica ou completa.

Ao que corresponde a divulgação das deficiências e recomendações sobre os controles internos, bem como dos comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas conforme o maior percentual apresentado pelos itens 16 e 17. A predominância da divulgação completa destes itens possivelmente ocorre devido ao fato de que as próprias firmas de auditoria podem vir a reportar as

empresas, em seu processo de assegução, as informações correspondentes as deficiências dos controles internos nas demonstrações financeiras da companhia.

Na Tabela 5 é apresentado as médias de cada seção considerada na avaliação da métrica utilizada, assim como as médias de forma geral para os tipos de informação apresentadas.

Tabela 5:

Pontuação geral por seção das empresas em relação aos itens do IGRCI

Seções do Formulário de Referência	Tipos de Informações			
	0	1	2	3
Política de gerenciamento de riscos	30,83%	16,89%	15,35%	36,93%
Política de gerenciamento de risco de mercado	27,37%	26,05%	19,76%	26,82%
Controles Internos	12,57%	17,49%	21,58%	48,36%
Média Total	23,59%	20,14%	18,90%	37,37%

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Observa-se que a seção na qual as empresas apresentam o maior nível de divulgação é relativo aos Controles Internos. Dentro dessa dimensão, constata-se que a média de aproximadamente 48,36% das empresas divulga informações de forma completa com relação aos seus Controles Internos. Esta apuração ainda ocorre de forma mais baixa nas Políticas de Gerenciamento de Riscos com 36,93% e nas Políticas de Gerenciamento de Riscos de mercado com 26,82%. Essa informação demonstra uma possível preocupação maior das companhias no que tange a divulgação de informações relativas aos seus controles internos do que referentes as suas políticas de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado. Destaca-se, ainda, que grande parte das informações é divulgada de forma completa, isto é, apresenta-se conforme os requisitos dos itens do formulário de referência e ainda, possuem a característica de utilidade das informações apresentadas. Todavia, não há como desprezar os valores percentuais somados de 43,73% para as observações apresentadas de foram ausente ou incompleta.

A Tabela 6 divide-se a amostra de 366 empresas em quintis, tendo como critério de separação utilizado a distribuição do resultado ranqueado do IGRCI. Nesta separação, as observações do quintil (Q5) são empresas que apresentam melhores resultados da *proxy* do IGRCI, enquanto as empresas do quintil 1 (Q1) os piores resultados.

Tabela 6:
Quintis do IGRCI

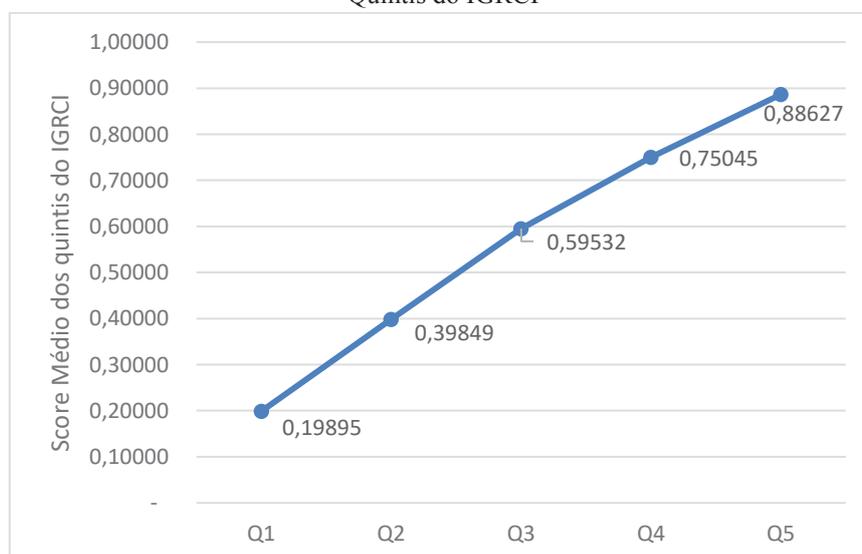
	Observações	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Q1	82	0,01961	0,31373	0,19895	0,19608	0,08164
Q2	65	0,33333	0,4902	0,39849	0,39216	0,04964
Q3	72	0,5098	0,66667	0,59532	0,59804	0,04972
Q4	77	0,68627	0,80392	0,75045	0,76471	0,03917
Q5	70	0,823529	0,980392	0,886275	0,882353	0,046568

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Ao dividir a amostra por quintis verifica-se que da pontuação máxima possível de 51 pontos estabelecidas para a métrica, o quintil Q5 indica que as 70 empresas que compõe este quintil obtiveram em média 45 pontos para as 17 observações que formam o Índice de Divulgação de Políticas de Gerenciamento de Riscos. Por outro lado, em Q1 a média foi a obtenção de 10 pontos, o que indica ser este o quintil com empresas da amostra que possuem menos atributos de divulgação de políticas de gerenciamento de riscos.

Observa-se, ainda, que a maior parte das observações da amostra encontra-se no Q1, ou seja, 22,4% das 366 observações estão no nível mais baixo de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos, sendo a média do IGRCI para esse grupo de 19,9%. Os dados também revelam que existe uma relação homogênea entre a quantidade de observações por quintis. Entretanto ao nível de divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos se encontra de forma crescente. O Gráfico 1 complementa às informações apresentadas na Tabela 6 demonstrando a dispersão do score médio do IGRCI de cada um dos quintis estabelecidos.

Gráfico 1:
Quintis do IGRCI



FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Adicionalmente espera-se que os cinco quintis além de crescentes em termos de scores de governança, sejam também diferentes sob o ponto de vista estatístico. Para evidenciar esta diferença, foi aplicado o teste não-paramétrico de diferença de médias de *Kruskall-Wallis* que verifica diferenças entre médias de mais de 2 grupos. O resultado do teste é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7:
Diferença de médias entre os quintis do IGRCI

IGRCI – Quintis	Média dos rankings
1	41,50
2	115,00
3	183,50
4	258,00
5	331,50
χ^2	350,35
p-value	0,0000***

***Significativo ao nível de 1%.

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 7 e conforme esperado, pode-se afirmar que ao nível de 1% existem diferenças nos scores de divulgação dos quintis. A partir destes dados, pode-se afirmar que os scores são não somente crescentes ao longo dos quintis de Divulgação das Políticas de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos definidos, como também diferentes sob o ponto de vista estatístico.

4.3 ANÁLISE DE ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA

Na Tabela 8 apresenta a matriz de correlações das variáveis em análise em que são consideradas as 366 observações da pesquisa. Nessa Tabela os coeficientes de correlação demonstram a relação bivariada entre as variáveis. Se o coeficiente estiver muito próximo de zero infere-se que não há correção linear significativa, mas se estiver próximo de -1 e +1, pode-se concluir que existe associação. Utilizou-se a matriz de correlação de Spearman, na qual os coeficientes de correlação das variáveis são expostos.

Tabela 8:
Matriz de correlação das variáveis da pesquisa

	HAUD	IGRCI	TAM	SET	ADR	GOV	BIGF	PAC	COMPL
HAUD	1	,622**	,697**	,123*	,276**	,396**	,521**	-,150**	,481**
IGRCI		1	,680**	,279**	,294**	,386**	,489**	-,075	,438**
TAM			1	,288**	,361**	,330**	,440**	-,039	,360**
SET				1	,081	-,108*	,127*	,027	-,017
ADR					1	,161**	,107*	-,045	,201**
GOV						1	,295**	-,049	,377**
BIGF							1	-,204**	,332**
PAC								1	-,086
COMPL									1

NOTA: Números em negrito correspondem às correlações com significância estatística ao nível de 1% e 5%. Honorários de auditoria (HAUD); Índice de Políticas de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (IGRCI); Tamanho (TAM); Setor de Atividade (SET); *American Depositary Receipt* (ADR); Níveis de Governança (GOV); Firma de Auditoria (BIGF); Primeiro ano de contrato de auditoria (PAC); Complexidade (COMPL).

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Os dados verificados por meio da Tabela 8 apontam que a *proxy* de honorários de auditoria (HAUD), variável dependente da pesquisa, apresentou correlação estatisticamente significativa com as demais variáveis da regressão. Nesta associação percebe-se, de forma geral, uma relação positiva, ou seja, conforme há um aumento nos honorários de auditoria cobrados das empresas, existe a presença dos fatores expostos por meio variáveis de controle. Este resultado contrapõe ao que era esperado para as variáveis SET, ADR e GOV das quais a expectativa era de que estas variáveis se demonstrassem negativamente relacionadas a variável de controle.

Acrescenta-se que apenas na relação bivariada entre o HAUD e PAC é que possui associação estatisticamente significativa negativa, o que tende a indicar que empresas a cobrança de maiores honorários de auditoria não tende a ocorrer no primeiro ano de contrato entre as partes. Este resultado vai em contraposição a relação positiva que se esperava desta variável.

No que se refere aos coeficientes de correlação entre a variável IGRCI e as variáveis de controle apresentadas, percebe-se uma relação positiva com as demais variáveis de controle que possuem significância estatística. Isto denota que as companhias que apresentaram os melhores índices de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos são as que possuem maiores valores de ativo e algum valor unitário atribuído as demais variáveis de controle *dummy*.

Destaca-se, ainda, a relação negativa e estatisticamente significativa entre as variáveis BIGF e PAC. Este resultado indica que grande parte das auditorias que estão sendo realizadas por *Big Four* não são de primeiro ano. Assim como a relação das variáveis SET e GOV, que apresentaram

significância estatística, a nível de 5%, negativa. Desse modo, as empresas que se encontram em setores mais regulados da economia não necessariamente fazem parte das companhias listadas em níveis diferenciados de governança corporativa da B³.

Para melhorar a compreensão da relação entre os resultados da variável dependente HAUD para com as demais variáveis, a próxima etapa utiliza-se de testes estatísticos não paramétricos, a fim de verificar o comportamento dos honorários de auditoria das empresas e seu nível de divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos.

4.4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DE TESTES NÃO PARAMÉTRICOS

Nesta seção são apresentados os resultados da aplicação dos testes não-paramétricos para verificação de diferenças entre quintis de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos considerando o IGRCI e os mecanismos que o compõe. Isso se torna possível, pois cada uma das 366 empresas da amostra obteve scores individuais para as observações que formam o IGRCI no ano de 2016. O intuito foi de confrontar os resultados e identificar se as companhias com maiores honorários de auditoria apresentam as relações esperadas para cada variável considerada.

Na Tabela 9, são apresentadas as médias dos scores de políticas de gerenciamento de risco e controles internos atribuídas a cada um dos quintis e a média dos honorários de auditoria associados às empresas da amostra. Esta etapa tem o objetivo de verificar se a média dos honorários de auditoria das empresas que compõem o quintil 5 é estatisticamente maior que a média dos honorários de auditoria das empresas que compõe o quintil 1.

Tabela 9:

Médias de score de Honorários de Auditoria e médias do IGRCI

VARIÁVEIS	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
HAUD	11,38042	12,28550	13,02993	13,74118	14,07312
IGRCI	0,19895	0,39849	0,59532	0,75045	0,88627

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Verifica-se, por meio da Tabela 9, que as médias dos quintis iniciais, Q1, Q2 e Q3 são mais dispersas do que ao se comparar as médias de Q3, Q4 e Q5. Ou seja, tanto a diferença entre os valores de honorários de auditoria quanto o nível de divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos possuem um afastamento maior nas companhias componentes dos menores quintis.

Na Tabela 10 apresenta-se a média e a soma dos rankings dos honorários de auditoria associados às empresas que pertencem ao Q5 com maior divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos e as empresas do Q1 com menos divulgação de políticas de

gerenciamento de risco e controles internos. O teste *Mann-Whitney* foi realizado para verificar se a média do ranking entre as empresas que pertencem ao quintil maior é diferente das companhias pertencentes ao menor quintil.

Tabela 10:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para o IGRCI

VARIÁVEL	Quintis	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	1	46,59	3.820,00	- 9,06797	0,00
	5	111,54	7.808,00		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Os dados do teste de diferença de média diagnosticaram que as empresas com maiores honorários de auditoria apresentaram maior divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos, sendo possível constatar relevância estatística. A expectativa para a relação destas variáveis era de que um nível maior divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos ocasionarias em menores honorários de auditoria cobrados, uma vez que uma boa estrutura de gestão de riscos e controles internos podem vir a resultar em menores riscos e assim, proporcionar menores valores para os honorários de auditoria.

O score médio obtido para a variável HAUD e a média do tamanho dos ativos das empresas representada pela variável TAM que constam em cada quintil é apresentado Tabela 11.

Tabela 11:
Médias de score de Honorários de Auditoria e médias do Tamanho das empresas

VARIÁVEIS	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
HAUD	11,15830	12,21266	12,87122	13,65099	14,49347
TAM	16,06024	19,78606	21,37023	22,52847	24,43282

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

De forma diferente ao observado para a variável IGRCI, na variável TAM constata-se que as médias dos quintis se encontram mais dispersas entre o Q1 e Q2, assim como para o Q4 e Q5. Isto constata que há empresas na amostra que se encontram fora da perspectiva homogênea das médias da variável TAM tanto para o quintil superior quanto para o quintil inferior.

A Tabela 12 demonstra a média e a soma do ranking para medição da estatística teste Mann Whitney de diferença de médias. O objetivo foi de verificar se a média dos honorários de auditoria das empresas que pertencem ao quintil mais elevado de TAM é menor que a média empresas que compõe o quintil Q1.

Tabela 12:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para o Tamanho

VARIÁVEL	Quintis	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	1	41,39	3.021,50	- 9,17473	0,00
	5	105,61	7.709,50		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Ao nível de significância de 10%, pode-se afirmar que a média de honorários de auditoria das empresas que estão no quintil Q5 é menor que das empresas do quintil Q1. Este resultado sugere que empresas com o maior tamanho de ativo podem apresentar maiores valores de honorários de auditoria.

Com o propósito de análise das variáveis *dummy* de Governança Corporativa (GOV), Setor (SET), *Big Four* (BIGF), *American Depositary Receipt* (ADR), Subsidiárias em sua estrutura organizacional (COMPL) e Primeiro ano de contrato de auditoria (PAC) também foram realizados testes de *Mann-Whitney* de diferença de médias de duas amostras. O objetivo é verificar se a média destas variáveis das companhias possui relação com a *proxy* de honorários de auditoria (HAUD).

Na Tabela 13 apresentam-se as médias da *proxy* HAUD com relação a presença ou não de empresas listadas em algum segmento de governança corporativa.

Tabela 13:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para a Governança Corporativa

VARIÁVEL	GOV	Observações	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	0	208	147,06	30.588,50	- 7,56032	0,00
	1	158	231,47	36.572,50		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Por meio dos resultados encontrados é possível inferir que as empresas listadas em níveis diferenciados de governança corporativa possuem uma maior média na *proxy* da HAUD. Acrescenta-se que o número de companhias que se encontram listadas em algum nível de governança é inferior em comparação com as demais empresas.

Para a análise do setor foram diferenciadas as empresas que se encontram em setores regulados da economia, no qual foi verificado se as médias da *proxy* HAUD aumentam para estas companhias.

Tabela 14:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para o Setor

VARIÁVEL	SET	Observações	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	0	245	174,34	42.713,00	- 2,35724	0,02
	1	121	202,05	24.448,00		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Resultados semelhantes a variável de governança corporativa foram encontrados para variável do setor das companhias. Conforme a Tabela 14, observa-se que o total de empresas em setores não regulados é superior, sendo constatado significância estatística na relação. Estes resultados sugerem que os setores regulados da economia possuem uma relação positiva para com a *proxy* de HAUD.

Ademais, são apresentadas as médias da *proxy* HAUD para as empresas que possuem ou não emissão de ADR. Para esta análise foram consideradas as companhias que tiveram ADR negociados nos EUA durante um período superior a metade dos meses do ano de 2016. A partir dos resultados da Tabela 15 observa-se que a média das variáveis consideradas é maior para as companhias que possuem emissão de ADR no mercado externo.

Tabela 15:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para a *American Depositary Receipts*

VARIÁVEL	ADR	Observações	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	0	343	175,94	60.346,00	- 5,28205	0,00
	1	23	296,30	6.815,00		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Diante disto, verifica-se haver relação entre a *proxy* HAUD para com a emissão de ADR, além de um número superior de empresas não emissoras de ADR no mercado brasileiro.

A seguir, apresenta-se a análise individual das variáveis e sua relação para com o a *proxy* HAUD, na Tabela 16 demonstram-se as médias obtidas correspondentes as empresas que são auditadas por firmas que são *Big Four* e pelas demais firmas de auditoria do mercado.

Tabela 16:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para a Firma de Auditoria

VARIÁVEL	BIGF	Observações	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	0	99	93,04	9.210,50	- 9,96095	0,00
	1	267	217,04	57.950,50		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Constata-se um número maior de empresas auditadas por firmas de auditoria que são *Big Four*, além de que o resultado do comparativo de médias sugere, em consonância com o esperado de que empresas que são auditadas por *Big Four* podem apresentar uma melhor *proxy* de HAUD.

Para a análise da variável PAC, a Tabela 17 demonstra o score médio das empresas que não se encontram no primeiro ano de contrato de auditoria possuem uma média maior de honorários de auditoria para aqueles que apresentam contrato de auditoria de primeiro ano.

Tabela 17:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para o Primeiro ano de Auditoria

VARIÁVEL	PAC	Observações	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	0	293	191,42	56.087,00	- 2,87034	0,00
	1	73	151,70	11.074,00		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Ainda que a Tabela 17 demonstre existência de diferença estatisticamente significativa ao nível de 5% entre a variável *dummy* de primeiro ano de auditoria, esta diferença apresenta relação inversa ao esperado referente as empresas que se encontram no primeiro ano de auditoria para com as médias dos rankings da *proxy* HAUD.

Por fim, para a análise das variáveis COMPL e HAUD percebe-se que a média das empresas que possuem subsidiárias em sua estrutura organizacional é maior do que as empresas que não possuem.

Tabela 18:
Estatística *Mann-Whitney* de diferença de médias para a Complexidade

VARIÁVEL	COMPL	Observações	Média do Ranking	Soma do Ranking	Z	Sig.
HAUD	0	174	130,09	22.636,50	- 9,19321	0,00
	1	192	231,90	44.524,50		

FONTE: Elaborado pelo autor (2018).

Esta diferença se apresenta estatisticamente significativa como pode se verificar na Tabela 18. Diante disto, se pode sugerir que valores mais elevados de honorários de auditoria estejam associados a presença de subsidiárias nas companhias da amostra em análise.

4.5 RESULTADOS DA ANÁLISE MULTIVARIADA

Nesta etapa verifica-se a relação funcional entre as variáveis de pesquisa discutida na etapa de procedimentos metodológicos; O objetivo é verificar o comportamento da variável IGRCI e das variáveis de controle TAM, SET, ADR, GOV, BIGF, PAC e COMPL em relação aos honorários de auditoria. Conforme estabelecido, espera-se uma relação direta entre políticas de gerenciamento de riscos e controles internos e honorários de auditoria. Portanto, um sinal positivo e estatisticamente significativo para o coeficiente da variável independente IGRCI.

Na Tabela 19 são demonstrados os sinais esperados para as variáveis consideradas no estudo. Ao lado os coeficientes da regressão da forma funcional proposta e os resultados individuais da estatística t de cada variável. Adicionalmente, apresenta-se o coeficiente de determinação (R^2) e o resultado do teste F para o modelo.

Tabela 19:
Modelo de regressão da amostra

Variáveis	Sinal Esperado	Coefficiente	t
Constante		6,6073	0,0000***
IGRCI	(-)	0,8111	0,0100 *
TAM	(+)	0,2443	0,0000***
SET	(-)	-0,1715	0,1650
ADR	(-)	0,5679	0,0161 *
GOV	(-)	0,1859	0,1357
BIGF	(+)	0,6139	0,0000***
PAC	(+)	-0,3147	0,0228 *
COMPL	(+)	0,5359	0,0000***
R ²		0,6206	
F (P-Valor)		72,9906	

NOTA: Variável Dependente: Honorários de auditoria (HAUD); Variável Independente: Índice de Políticas de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (IGRCI); Variáveis de Controle: Tamanho da empresa (TAM); Setor de Atividade (SET); *American Depositary Receipt* (ADR); Níveis de Governança (GOV); Firma de Auditoria (BIGF); Primeiro ano de contrato de auditoria (PAC); Complexidade (COMPL).

FONTE: Elaborado pelo Autor (2018).

Ao que corresponde a variável independente do Índice de divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos os resultados sugerem associação positiva e estatisticamente significativa entre o IGRCI e os honorários de auditoria, ao nível de 10%. Estes resultados representam o oposto da relação esperada e não apoiam a hipótese de que os honorários de auditoria cobrados pelas firmas de auditoria em companhias que negociam na B³ tendem a ser menor de acordo com a divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das empresas, o que não permite a rejeição da hipótese H₀. Ainda que grande parte das variáveis de controle tenham-se mantido significativas e com os sinais dentro do esperado tanto na análise bivariada quanto multivariada, deve-se realçar que sob uma perspectiva multivariada e para esta amostra, não é possível afirmar que as políticas de gerenciamento de riscos e controles internos refletem-se em menores honorários de auditoria cobrados das companhias.

Em relação as variáveis de controle, a variável TAM apresentou resultados que corresponderam à expectativa, pois se mostrou positivamente relacionada com a variável dependente e significativa ao nível de 1%. Esta relação entre os honorários de auditoria e o tamanho das empresas também foi encontrado em diversas outras pesquisas (Simunic, 1980; Firth, 1997; Ahmed et al., 2005; Cameran, 2005; Firer & Swartz, 2006; Clatworthy & Peel (2006); Hallak & Silva, 2012; Rusmanto & Waworuntu, 2015; Dantas et al., 2016; Binda et al., 2017).

SET é uma variável binária que assume valor unitário quando a empresa se encontra categorizada em setores regulados da economia. O sinal do coeficiente dessa variável corroborou com

a expectativa prevista, sendo negativa em relação a variável HAUD, porém, não apresentou significância estatística na regressão gerada. Em estudos realizados por Firth (1997), também não foi encontrada significância positiva entre setores regulados e os honorários de auditoria.

A variável *dummy* ADR foi incluída no modelo com o intuito de representar o efeito das exigências regulatórias e normativas externas com reflexo em exigências diferenciadas em relação a aspectos de gestão de risco e controles internos. O coeficiente desta variável se apresentou significativo ao nível de 10%, entretanto obteve-se o sinal invertido ao que se era esperado. Ou seja, presume-se que as companhias emissoras de ADR tendem a apresentar maiores valores de honorários de auditoria cobrados. De forma similar, a pesquisa realizada por Hallak e Silva (2012) considera a emissão de ADR como uma variável que possui em relação positiva como determinante dos honorários de auditoria.

A variável GOV visa diferenciar companhias listadas em níveis diferenciados de governança corporativa de acordo com a B³, isto é, empresas que se encontram na Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1, desconsiderando-se diferenças entre esses níveis distintos de listagem. Esta variável representa companhias que necessitam apresentar um maior nível de gestão de riscos e implementação de controles internos da empresa auditada, conforme exigências da própria B³. Dessa forma, esperava-se que o seu coeficiente fosse negativo, tendo em vista que auditores tendem a cobrar menores honorários de clientes com menos risco. Resultados semelhantes em pesquisas nacionais indicam a mesma relação positiva da Governança Corporativa como uma variável determinante da Remuneração dos Auditores (Hallak & Silva, 2012; Castro et al. 2015).

Visando controlar o efeito tamanho da firma de auditoria no valor do honorário cobrado por esta, utilizou-se a variável *dummy* BIGF. Estudos anteriores (Che Ahmad & Houghton, 1996; Adams et al., 1997; Cameran, 2005; Owusu-Ansah et al., 2010; Hallak e Silva, 2012; Hassan & Naser, 2013; Urhoghide & Izedonmi, 2015; Kikhia, 2015; Brighenti et al., 2016) identificaram honorários premium cobrados pelas firmas *Big Four*, ou seja, honorários superiores às demais firmas de auditoria, estando esta parcela relacionada tanto a uma maior qualidade dos serviços prestados, quanto a um prêmio pela marca, com base na reação do mercado quando da escolha de uma dessas firmas de auditoria por parte da auditada. O resultado apurado em todos os testes, relativamente a esta variável, corrobora os estudos citados, ou seja, sua relação positiva e significativa implica que as *Big Four* cobram honorários superiores às demais firmas de auditoria.

O primeiro ano de contrato de auditoria, representado no modelo pela variável *dummy* PAC, no qual se atribui valor unitário quando a empresa se encontra no primeiro ano de contrato para com a firma de auditoria. De forma similar a variável BIGF, espera-se que, quando a empresas se

encontrassem em primeiro ano de contrato, por envolver trabalho adicional de conhecimento do cliente os honorários seriam mais relevantes. O sinal do coeficiente estimado para a variável foi contrário a expectativa, apesar de apresentar significância estatística ao nível de 10%. Essas evidências empíricas também foram relatadas nos estudos de Simon e Francis (1988), Pearson e Trompeter (1994), Monterrey e Sánchez (2007), Owusu-Ansah et al. (2010), Köhler e Ratzinger-Sakel (2012) e Dantas et al. (2016). Para estes resultados Castro et al. (2015) e Dantas et al. (2016) sugerem a possibilidade de que as firmas de auditoria aceitam remuneração menor nos períodos iniciais do contrato, considerando a perspectiva de correção dos valores pactuados nos períodos seguintes.

Por fim, a variável *dummy* COMPL representa as companhias que em sua estrutura organizacional contêm a presença de subsidiárias. Conforme apresentado na Tabela 19, a COMPL manteve o sinal esperado e apresentou significância estatística ao nível de 1%, o que pressupõe que as empresas que apontam a existência de subsidiárias em sua estrutura organizacional tendem a desembolsar maiores valores de honorários de auditoria. Os resultados apurados para esta variável estão em linha com os realizados por Firth (1997), Ahmed et al. (2005), Cameran (2005), Firer e Swartz (2006), Jaramillo et al. (2012), Castro et al. (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), Brighenti et al. (2016) e Borges et al. (2017).

Neste contexto, pesquisas internacionais evidenciaram relações distintas ao que concerne estudos relacionados a risco e honorários de auditoria. Os resultados desta pesquisa se assemelham aos estudos realizados por Al-Harshani (2008) e Karim e Hasan (2012), em que se evidenciou que risco relacionados aos clientes podem vir a afetar negativamente os honorários de auditoria. Isto é, os riscos são capazes de alterar para baixo a perspectiva de cobrança de valor dos honorários de auditoria. Entretanto, grande parte dos estudos identificaram relações positivas entre estas duas variáveis (Brinn et al., 1994; Che Ahmad & Houghton, 1996; Joshi & Al-Bastaki, 2000; Cameran, 2005; Clatworthy & Peel, 2006; Naser & Nuseibeh, 2007; Jaramillo et al., 2012; Kikhia, 2015).

Na perspectiva de pesquisas que investigaram a relação entre a existência de controles internos e honorários de auditoria, os resultados da presente pesquisa, diferente da maioria de estudos internacionais Felix Jr., Gramlinga e Maletta (2001), Hogan e Wilkins (2008) e Munsif et al. (2011) que sugerem que as empresas com controles internos com melhor qualidade tendem a ter menores honorários de auditoria, constatando uma relação negativa as duas variáveis. Todavia, Goodwin-Stewart e Kent (2006) e Hay et al. (2008) encontraram relação positiva entre as variáveis, o que vai ao encontro do relatado neste estudo.

Pesquisas nacionais não evidenciaram aspectos relativos a riscos de clientes ou controles internos associados a honorários de auditoria. Apesar do percurso metodológico utilizado nesta pesquisa ter sido diferente das pesquisas anteriores que abordaram a mesma temática, os resultados encontrados se assemelham a parte dos estudos em sugerir que políticas de gerenciamento de risco e controles internos apresentam relação inversa para com os honorários de auditoria.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

5.1 CONCLUSÕES

O entendimento dos fatores que cercam a concepção dos honorários de auditoria é uma etapa importante para a compreensão do mercado de auditoria brasileiro e sobre quais são as percepções das firmas de auditoria sobre os mecanismos de contratação. A avaliação de risco e controles internos são etapas deste processo de auditoria. A importância atribuída a estas etapas reside justamente na utilização destas informações por um diverso número de usuários - entre estes auditores - o que pode vir a servir, inclusive como subsídio para a tomadas de decisões e determinação do seu escopo de trabalho. Nesse contexto, os aumentos dos esforços exercidos pelos auditores acarretam em honorários de auditoria mais caros, todavia, uma boa estrutura de gestão e controles internos podem vir a resultar em menores riscos para a companhia que, por sua vez, proporciona menores taxas de auditoria devido à transparência e qualidade dos seus processos organizacionais (Gotti et al.,2011).

O tema também propicia uma reflexão acerca a relação comercial entre a firma de auditoria e a empresa auditada, representada pelos honorários de auditoria cobrados. Esta relação motivou diversas pesquisas na área que procuram identificar os fatores que determinem seu custo com o objetivo de entender a percepção dos auditores acerca do risco e complexidade de seus clientes. Assim, conforme observado na literatura, honorário de auditoria trata-se de uma temática mais recente em estudos brasileiros, mas estudos em diversos países já vêm discutindo e trazendo contribuições nesse campo da pesquisa.

Nesse contexto, o presente estudo teve por objetivo analisar a relação dos honorários de auditoria das empresas para com a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos divulgados pelas empresas que negociam na B³ no período de 2016. Para tanto, fez-se necessário elaboração de uma métrica para mensuração da divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos para companhias brasileiras de capital aberto. Para a construção da métrica foram utilizados como fonte nos Formulários de Referência das empresas da amostra. A métrica foi elaborada a partir de 17 requisitos de informações conforme observações contidas nos Formulários de Referência.

Mediante revisão teórica verificou-se que boas estruturas de gestão de risco e controles internos estão relacionadas a menores custos de auditoria. Diante disto, conjecturou-se que a maior divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos pode vir a proporcionar menores honorários de auditoria cobrados pelas firmas de auditoria independente. Nesse sentido, formulou-se a hipótese de os honorários de auditoria cobrados pelas firmas de auditoria em

companhias que negociam na B³ tendem a ser menor de acordo com a divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das empresas.

A partir do índice criado para avaliar a divulgação de políticas de gerenciamento de risco e controles internos (IGRCI), os resultados demonstram que as companhias em grande parte têm divulgado as suas políticas de gerenciamento de risco e controles internos, isto se justifica conforme apresentado no estudo pelo percentual de divulgação dessas informações de forma geral. Observou-se, ainda, a maior divulgação referente a controles internos, o que demonstra por parte das companhias uma possível preocupação maior relativa a informações neste contexto. Acrescenta-se a percepção da alta apuração de informações incompletas ou ausentes que ocorreram em cerca de 44% das respostas as observações analisadas. Apesar de grande parte das companhias terem divulgado de alguma forma as suas informações, estas não têm se preocupado em divulgar, em seu Formulário de Referência, informações que demonstrem esses dados de modo consistente e de forma útil à avaliação dos usuários destas informações. Outro ponto que merece atenção diz respeito às diferenças estatisticamente significativas entre a classificação do IGRCI por quintis, ou seja, as empresas que estão no quintil Q5 apresentam quatro vezes o valor da pontuação no nível de divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos em relação às empresas representadas no quintil Q1.

Nos testes não paramétricos, buscou-se evidenciar se as médias correspondentes aos honorários de auditoria apresentam relação as médias das variáveis do estudo. Com base na estatística de Mann Whitney, os resultados indicaram que as empresas com melhor divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos são as que pagam mais honorários de auditoria. O resultado contrariou a expectativa de que uma empresa com maiores níveis de divulgação de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos teriam consequência de um ambiente com menor risco e menores honorários pagos as firmas de auditoria. Todavia, encontrou-se uma relação positiva para com a variável de tamanho das empresas, sendo possível supor que quanto maior o tamanho da empresa, maior são os honorários pagos aos auditores independentes. Os resultados a partir das variáveis *dummy* apresentadas indicam que companhias com boas práticas de governança; em setores mais regulados; emissoras de ADR; que são auditadas por *Big Four* e que têm subsidiárias possuem uma relação significativa e positiva em relação aos honorários de auditores. Tal relação não ocorre apenas para a variável relativa ao primeiro ano de contrato de auditoria, esta variável de controle apresentou relação inversa ao esperado, isto é, empresas que não se encontram no primeiro ano de contrato de auditoria possuem uma média maior de honorários de auditoria para aqueles que apresentam contrato de auditoria de primeiro ano.

Na relação multivariada, no que diz respeito as variáveis de controle tocante das variáveis de controle, TAM, ADR, BIGF, PAC e COMPL foram as variáveis que apresentaram significância estatística. Destaca-se, que as variáveis ADR e PAC tiveram resultados opostas as expectativas iniciais do estudo.

Em relação a variável independente, o sinal obtido para os honorários de auditoria e a variável IGRCI foi positivo, obtendo significância estatística. O que corroborou com os resultados dos testes não paramétricos e que não apoia a hipótese de que os honorários de auditoria cobrados pelas firmas de auditoria em companhias que negociam na B³ tendem a ser menor de acordo com a divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das empresas, o que não permite a rejeição da hipótese nula da pesquisa. Isto revela que a divulgação das políticas de gerenciamento de risco e controles internos das empresas, apesar da significância dos testes, não tende a diminuir os valores dos honorários de auditoria cobrados.

Conquanto a revisão literária apresenta pesquisas internacionais que têm demonstrado que os riscos e controles internos podem influenciar a cobrança de menores honorários de auditoria, os resultados obtidos por esta pesquisa não sugerem isto. Percebe-se que ainda não se chegou a um consenso a respeito da temática sobre este assunto. Ainda que os achados deste estudo não se distanciem de resultados de pesquisas internacionais semelhantes ao que se refere a significância das variáveis do estudo, diferem-se das constatações de que em sua maioria evidenciam a relação direta entre riscos e controles internos para com honorários de auditoria.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Como sugestão para futuras pesquisas, pode-se detalhar a métrica de divulgação de políticas de gerenciamentos de riscos e controles internos. Mesmo o Formulário de Referência sendo uma ferramenta abrangente nestes quesitos, existem outras formas de divulgação destas informações, o que poderia influenciar a classificação das companhias em níveis de divulgação. Além disso, torna-se interessante identificar se existe a mesma relação no que corresponde a divulgações voluntárias das empresas acerca de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos.

Acrescenta-se, a possibilidade de existirem outras variáveis subjacentes as apresentadas no estudo, que ao serem incluídas na regressão poderiam melhorar o poder de explicação do modelo. Mesmo com a utilização das variáveis TAM, ADR, BIGF, PAC e COMPL que apresentaram significância estatística, seria interessante também a utilização de *proxies* que avaliem riscos de liquidez, de crédito ou estratégicos. Outra sugestão que parece ser válida é a análise comparativa de

divulgação das políticas de gerenciamento de riscos e controles internos e a remuneração dos auditores em companhias que apresentam a mesma firma prestadora de serviços de auditoria por mais de um ano.

Por último, também como sugestão para futuras pesquisas, seria prudente a realização de um estudo similar com dados posteriores a 2016 a fim de se verificar as divulgações de políticas de gerenciamento de riscos e controles internos e os gastos com auditoria ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- Adams, M., Sherris, M., & Hossain, M. (1997). The determinants of external audit costs in the New Zealand life insurance industry. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 8(1), 69–86.
- Ahmed, K., Goyal, M.K. (2005). A comparative study of pricing of audit services in emerging economies. *International Journal of Auditing*, Vol. 9 No. 2, pp. 103-16.
- Almeida, M. C. (2012). *Auditoria: um curso moderno e completo*. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Al-Harshani, M. O. (2008). The pricing of audit services: Evidence from Kuwait. *Managerial Auditing Journal*, 23(7), 685-696.
- Alves, C. A. M. & Cherobim, A. P. M. S. (2006). Investigação sobre evidenciação do risco operacional: estudo multicaso em instituições financeiras brasileiras. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 3(2), 124-138.
- Alves, C. A. M., & Cherobim, A. P. M. S. (2009). Análise do nível de divulgação do risco operacional segundo recomendações do Comitê da Basileia: estudo em bancos do país e do exterior. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(2), 57-86.
- American Institute of Certified Public Accountants - AICPA. (2006). *Statement on Auditing Standards - SAS n. 107*, Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit.
- André, P., Broye, G., Pong, C., & Schatt, A. (2010). Audit fees, big four premium and institutional settings: the devil is in the details. *SSRN Working Paper*.
- Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2007). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The Accounting Review*, 83(1), 217-250.
- Attie, W. (2011). *Auditoria: conceitos e aplicações*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Ávila, J. R. M. S.; Costa, P. S.; Fávero, L. P. L. (2017). Relação entre book-tax differences e os honorários de auditoria das companhias abertas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 31, p. 31-46.
- Baraldi, Paulo. (2010). *Gerenciamento de Riscos Empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Beuren, I. M.; Boff, M. L.; Hein, N. (2008). Informações recomendadas pelo parecer de orientação nº 15/87 da CVM nos relatórios da administração de empresas familiares de capital aberto. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2008. São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP.
- Beuren, I. M., Dallabona, L. F., & Dani, A. C. (2011). Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na B³ (Brasil, Bolsa, Balcão). *Revista de Economia e Administração*, 10(1), 44-65.

- Binda, A. M., Barros, V. T., Reina, D., Reina, D. R. M., Pires, M. A. (2017). Honorários de Auditoria: Análise Comparativa em Empresas Listadas na BM&FBovespa. *Reuna*, 22(2), 1-23.
- Blatt, A. (1999). *Avaliação de risco e decisões de crédito: um enfoque prático*. São Paulo: Nobel, 1999.
- Bogoni, N. M.; Fernandes, F. C. (2011). Gestão de risco nas atividades de investimentos dos regimes próprios de previdência social RPPS - dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. READ. *Revista Eletrônica de Administração* (Porto Alegre. Online), v. 17, p. 1-16.
- Borges, V. P., Nardi, P. C. C., & Silva, R. L. M. (2017). Determinantes dos Honorários de Auditoria das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(2), 216-230.
- Bortolon, P. M., Sarlo Neto, A., & Santos, T. B. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), 27-36.
- Boynton, William C.; Johnson, Raymond N.; Kell, Walter G. (2002). *Auditoria*. tradução: José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas.
- Brighenti, J.; Degenhart, L., & Cunha, P. R. (2016). Fatores influentes nos honorários de auditoria: Análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Pensar Contábil*, 18(65), 16-27.
- Brinn, T., Peel, M. J., & Roberts, R. (1994). Audit fee determinants of independent & subsidiary unquoted companies in the UK—an exploratory study. *The British Accounting Review*, 26(2), 101-121.
- Brito, O. S. (2005). *Mercado Financeiro*. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.
- Brito, O. S. (2007). *Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais*. São Paulo: Saraiva.
- Brito, G. A. S., & Assaf Neto, A. (2008). Modelo de risco para carteiras de créditos corporativos. *Revista de Administração*, 43(3), 263-274.
- Brito, G. A. S., Assaf Neto, A., & Corrar, L. J. (2009). Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 20(51), 28-43.
- Callado, A. A. C., Vasconcelos, M. M. F., Rodrigues, R. N., & Libonati, G. (2008). O impacto da primeira emissão de conceito de risco crédito sobre os preços das ações: um estudo empírico sobre a reação do mercado acionário brasileiro para o setor bancário. *Revista Ciências Administrativas*, 14(1),80-88.
- Cameran M. (2005) Audit Fees and the Large Auditor Premium in the Italian Market, *International Journal of Auditing*, 9(2), pp. 129-146.
- Carcello J.V., Hermanson D.R., Neal T.L., Riley R.R.Jr. (2002). Board Characteristics and Audit Fees. *Contemporary Accounting Research*. 19 (3): 365-384.

Cardoso, R. L., Mendonça Neto, O. R., & Riccio, E. L. (2004). A evolução recente da transparência dos fatores de risco nas informações contábeis: uma análise de empresas brasileiras de telecomunicações. *Revista de Administração Mackenzie*, 5(2), 13-35.

Carvalho, L. G. *Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos*. (1996). Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Castro, W. B. L., Peleias, I. R., & Silva, G. P. (2015). Determinantes dos honorários de auditoria: Um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 26(69), 261-273.

Che Ahmad, A. & Houghton, K. (1996). Audit fee premium to big eight firms: evidence from the medium-size UK auditees. *Journal of International Accounting, Auditing, and Taxation*, Vol. 5 No. 1, pp. 53-72.

Ching, H. Y., & Colombo, T. M. (2012). Gestão de risco nas empresas do segmento Novo Mercado: um estudo exploratório. *Revista de Economia e Administração*, 11(2), 167-187.

Clatworthy, M. A., & Peel, M. J. (2006). The effect of corporate status on external audit fees: evidence from the UK. *Journal of Business Finance and Accounting*, 1(2), 169–201.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO. (2009). *Gerenciamento de riscos – estrutura integrada*. Disponível em: http://www.coso.org/Publications/erm/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf.

Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 202, de 06 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://cvm.gov.br>.

Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 400, de 29 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://cvm.gov.br>.

Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 480, de 07 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://cvm.gov.br>.

Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 552, de 09 de outubro de 2014. Disponível em: <http://cvm.gov.br>.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). *Pronunciamentos técnicos contábeis*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>.

Conselho Federal de Contabilidade. Resolução Nº. 1.212 de 27.11.2009. Aprova a NBC TA 315 – *Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente*. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1212.doc.

Cooper, D. R.; Schindler, P. S. (2013). *Métodos de pesquisa em administração*. 12. ed. Porto Alegre: Bookman.

- Cordeiro, F. N. B. (2009). *Aplicação da teoria de cópulas para o cálculo do value at risk*. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia), FGV, São Paulo. 90 pg.
- Costa, B. M. N. ; Leal, P. H. ; Ponte, V. M. R. (2017). Determinantes da divulgação de informações de risco de mercado por empresas não financeiras. *RACE - Revista De Administração, Contabilidade e Economia (Online)*, v. 16, p. 729.
- Crepaldi, Silvio Aparecido. (2000). *Auditoria contábil: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Crouhy, M., Galai, D., & Mark, R. (2004). *Gerenciamento de risco: abordagem conceitual e prática: uma visão integrada dos riscos de crédito, operacional e de mercado*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Cunha, P. R., Orestes da Silva, J. & Fernandes, F. C. (2011). Riscos empresariais divulgados nas ofertas públicas de ações no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de negócios*, 13(41), 454-471.
- Dantas, J. A., Carvalho, P. R. M., Couto, B. A., & Silva, T. N. (2016). Determinantes da Remuneração dos Auditores Independentes no Mercado de Capitais Brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 12(4), 68.
- Dantas, J. A., Medeiros, O. R. (2015). Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 26(67), 43-56.
- Dantas, J. A., Rodrigues, F. F., Rodrigues, J. M., & Capelletto, L. R. (2010). Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 21(52), 1-27.
- De Angelo, L.E. (1981). Auditor Size and Auditor Quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3: 183-199.
- De Paula, Luiz Fernando Rodrigues. (2000) Riscos na atividade bancária em contexto de estabilidade de preços e de alta inflação. *Revista Análise Econômica*, v. 18, n. 33, p. 93-112.
- Deis Jr, D. R., Giroux, G. (1996). The effect of auditor changes on audit fees, audit hours, and audit quality. *Journal of Accounting and Public Policy*, 15(1), 55-76.
- Duarte Júnior., A. M. (1999). *Gerenciamento de riscos corporativos: classificação, definição e exemplo*. Resenha BM&F, n. 134.
- Duarte Júnior., A. M. (2001). *Risco: definições, tipos, medição e recomendações para seu gerenciamento*. São Paulo: Atlas.
- Famá, R; Cardoso, R. L; Mendonça, O. (2002). Riscos Financeiros e não Financeiros: Uma Proposta de Modelo para Finanças. *Cadernos da FACECA*, v. 11 n. 1 jan/jun 2002, 33-50.
- Famá, R.; Cardoso, R.L.; Mendonça Neto, O. (2001). Gestão integrada de riscos para empresas não-financeiras: uma proposta de modelo para controladoria. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001. Campinas. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD.

- Fan, J. P. H., & Wong, T. J. (2005). Do external auditors perform a corporate governance role in emerging markets? Evidence from East Asia. *Journal of Accounting Research*, 45(1), 35–72.
- Fávero, L.P., Belfiore, P., Silva, F.L. DA., Chan, B.L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Elsevier, Rio de Janeiro.
- Federation of European Risk Management Association - FERMA. (2003). *Normas de gestão de riscos*. Brussels, 2003. Disponível em: [http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port\(2\).pdf](http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port(2).pdf).
- Felix JR, W. L.; Gramling, A. A.; Maletta, M. J. (2001). The contribution of internal audit as a determinant of external audit fees and factors influencing this contribution. *Journal of Accounting Research*, v. 39, n. 3, p. 513-534.
- Fernandes, F. C.; Klann, R. C.; Nascimento, S.; Pereira, A. M. (2010). Gestão de riscos operacionais nas instituições financeiras do Brasil e do Reino Unido. In: XIII SEMEAD, 2010, São Paulo. *Anais... São Paulo - v. 1*, p. 1-15.
- Fernandes, F. C., Silva, M., & Santos, F. T. D. (2008). Informações sobre gestão de riscos nas IANs das empresas listadas no novo mercado da Bovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 2(3), 36-55.
- Fernandes, F. C.; Souza, J. A. L.; Faria, A. C. (2010). Evidenciação de riscos e captação de recursos no mercado de capitais: um estudo do setor de energia elétrica. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 13, n. 1, p. 59–73.
- Ferro, Daniel S. (2015). *Gestão de Riscos Corporativos: um estudo multicaso sobre seus métodos e técnicas*, 2015. 118f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Firer, S., Swartz, G. (2006). An empirical analysis of the external audit fee in the “new” South Africa: the basic model. *SA Journal of Accounting Research*, 20(1), 1–25.
- Firth, M. (1985). An analysis of audit fees and their determinants in New Zealand. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 4(2), 23–37.
- Formigoni, H.; Antunes, M. T. P.; Leite, R. S.; Paulo, E. (2008). A Contribuição do Rodízio de Auditoria para a Independência e Qualidade dos Serviços Prestados: Um Estudo Exploratório Baseado na Percepção de Gestores de Companhias Abertas Brasileiras. *Revista de Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n.3, p. 149-167, jul./set.
- Francis, Jere R. (1984). The effect of audit firm size on audit prices. *Journal of Accounting and Economics*, v. 6, n. 2, p. 133-151.
- Fukukawa, H., Mock, T. J., Wright, A. (2011). Client Risk Factors and Audit Resource Allocation Decisions. *ABACUS: A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*. 47(1), pp. 85-108.

Gerrard, I.; Houghton, K.; Woodliff, D. (1994). Audit Fees: The Effects of Auditee, Auditor and Industry Differences. *Managerial Auditing Journal*, v. 9, n. 7, p. 3-11.

Gitman, Lawrence J. (2004). *Princípios de Administração Financeira*. 10.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley. 745 p.

Godoy, Max Bianchi; Minadeo, R. ; Borges, Paulo César Rodrigues. (2011). Análise do processo de gestão de riscos operacionais em uma instituição financeira. *Gestão Contemporânea (FAPA)*, v. ano 8, p. 101-123.

Gomes, J. R. (2003). Desafios na Integração do controle de riscos em bancos brasileiros. In: Duarte Jr. A. M., Varga G. *Gestão de Riscos no Brasil*. Rio de Janeiro: Financial Consultoria.

Gonçalves, R. M. L.; Braga, M. J. (2006). Condicionantes do risco de liquidez em cooperativas de economia e crédito mútuo de Minas Gerais. *Revista de Economia e Administração*, v. 5, p. 201-220.

Goodwin-Stewart, J. & Kent, P. (2006). The use of internal audit by Australian companies. *Managerial Auditing Journal*, 21(1), 81-101.

Gonthier-Besacier, N.; Schatt, A. (2007). Determinants of audit fees for French quoted firms. *Managerial Auditing Journal*, v. 22, n. 2, p. 139-160.

Gotti, G.; Han, S; Higgs, J. L.; Kang, T. (2011). Managerial ownership, corporate monitoring and audit fee. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 27(3): 412-437.

Goulart, André Moura Cintra. (2003). *Evidenciação contábil do risco de mercado por Instituições financeiras no Brasil*. São Paulo, Dissertação (Mestrado de Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Griffin, P. A., Lont, D. H., & Sun, Y. (2008). Corporate governance and audit fees: evidence of countervailing relations. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(1), 18-49.

Guimarães, I. C., Parisi, C., Pereira, A. C., & Weffort, E. F. J. (2009). A importância da Controladoria na gestão de riscos das empresas não-financeiras: um estudo da percepção de gestores de riscos e controllers. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 11(32), 260-275.

Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9 (1), 77-108.

Hallak, R., Silva, A. (2012). Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 223-231.

Hassan, Y. M., Naser, K. (2013). Determinants of audit fees: Evidence from an emerging economy. *International Business Research*, 6(8), 13-25.

Hay, D.; Knechel, W.R. (2004). *Evidence on the Association among Elements of Control and External Assurance*. Working paper, University of Auckland.

- Hay, D., Knechel, W. R., & Ling, H. (2008). Evidence on the impact of internal control and corporate governance on audit fees. *International Journal of Accounting*, 12 (1), 9-24.
- Hoag, M. L., C.W. Hollingsworth. (2011). An intertemporal analysis of audit fees and section 404 material weakness. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 30(2):173-200.
- Hogan, C. E.; Wilkins, M. S. (2008). Evidence on the Audit Risk Model: Do Auditors Increase Audit Fees in the Presence of Internal Control Deficiencies?. *Contemporary Accounting Research*, v. 25, n. 1, p. 219-242, 2008.
- Houston, R.W.; Peters, M.F.; Pratt, J.H. (1999) The Audit Risk Model, Business Risk and Audit Planning Decisions, *The Accounting Review*, 74(3), pp. 281-298.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. (2007). *Guia de orientação para gerenciamento de riscos corporativos*. coordenação: Eduarda La Rocque. São Paulo: IBGC.
- Jacques, E. A.; Reske Filho, A. (2007) O controle interno como suporte estratégico ao processo de gestão. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, v. 07, p. 01/4-16.
- Jaramillo, M. J.; Benau, M. A. G.; Grima, A. Z. (2012). Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. *Revista Venezolana de Gerencia*, v. 17, n. 59, p. 387-406.
- Jensen, M.; Meckling, W. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360.
- Jesus, S. M.; Alberton, L. O. (2007). Processo de Implementação da Governança Corporativa nas Empresas de Capital Aberto: Um Estudo com Ênfase na Auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. v. 1 n. 8, p. 67-84, jan./jun.
- Jorion, P. (1997). *Value-at-risk: a nova fonte de referência para o controle do risco de mercado*. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros.
- Jorion, P. (2006). Value at risk: *The New Benchmark for Managing Financial Risk*. 3a. Ed. McGrawHill Professional.
- Joshi, P.L.; Al Bastaki, H. Determinants of audit fees: Evidence from the companies listed in Bahrain. *International Journal of Auditing*, v.4, n.2, p. 129-138, 2000.
- Jubb, C.A., Houghton, K.A. Butterworth, S. (1996). Audit Fee Determinants: The Plural Nature of Risk. *Managerial Auditing Journal*, Vol. 11(3): 25-40.
- Karim, W. A., & Hasan, T. (2012). The market for audit services in Bangladesh. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 2(1), 50-66.
- Karim, A. K. M. W., Moizer, P. (1996). Determinants of audit fees in Bangladesh. *The International Journal of Accounting*, 31(4), 497-509.

- Kaveski, I. D., & Cunha, P. R. (2016). Fatores determinantes dos honorários da auditoria das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(1), 49-63.
- Kikhia, H. Y. (2015). Determinants of Audit Fees: Evidence from Jordan. *Accounting and Finance Research*, 4(1), 42.
- Kim, H., & Fukukawa, H. (2012). Japan's big 3 firms' response to clients' business risk: Greater audit effort or higher audit fees? *International Journal of Auditing*, 17(2), 190-212.
- Klann, R. C.; Kreuzberg, F.; Beck, F. (2014). Fatores de risco evidenciados pelas maiores empresas listadas na B³ (Brasil, Bolsa, Balcão). *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 3, n. 3, p. 78-89.
- Köhler, Annette G., Ratzinger-Sakel, Nicole V.S. (2012). Audit and Non-Audit Fees in Germany – The Impact of Audit Market Characteristics. *Schmalenbach Business Review*, Vol. 64, October, pp. 281-307.
- Lanzana, Ana. (2004). *Relação entre o disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lélis, D. L. M.; Mario, P. C. (2009). *Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético*. In: 9 Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP, 2009, São Paulo. Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP.
- Lemgruber, E. F. (Org.). (2001). *Gestão de risco e derivativos: aplicações no Brasil*. São Paulo: Atlas, 99-112.
- Libby, Robert; Bloomfield, Robert; Nelson, Mark W. (2002). Experimental research in financial accounting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 27, p. 775-810.
- Linsley, P. M., Shriver & Philip J. (2005). Transparency and the disclosure of risk information in the banking sector. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 13(3), 2005-213.
- Magro, C. B. D., Filipin, R., & Fernandes, F. C. (2015). Gestão de riscos: análise da evidenciação de riscos nas concessionárias de rodovias listadas na Bovespa com base na metodologia caso. *Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS*, 15(30), 57-75.
- Marshall, C. (2002). *Medindo e gerenciando riscos operacionais em instituições financeiras*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Martinez, A. L., Lessa, R. C., & Moraes, A. J. (2014). Remuneração dos auditores perante a agressividade tributária e governança corporativa no Brasil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 6(3), 8-18.

Martins, O. S., Pereira, C. C., Capelletto, L. R., & Paulo, E. (2012). Capacidade informativa das demonstrações financeiras dos bancos brasileiros: uma análise sob a ótica do risco de liquidez. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 7(2), 120-136.

Martin, N. C.; Santos, L. R.; Dias Filho, J. M. (2004). Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 7-16, jan./abr.

Migliavacca, P. N. *Controles internos nas organizações*. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2004.

Miyoshi, Roberto Kazuo. (2011). *Riscos de conformidade tributária: um estudo de caso no Estado de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-18012012-103321/publico/RobertoKMiyoshi_Corrigida.pdf.

Monteiro, R. P. (2015). Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 12, n. 25, p. 159-188.

Monterrey, J. and Sánchez, A. (2007): Rotación y dependencia económica de los auditores: sus efectos sobre la calidad del resultado en las compañías cotizadas españolas. *Investigaciones Económicas*, vol. 31, p. 119-159.

Munsif, V.; Raghunandan, K.; Rama, D. V.; Singhvi, M. (2011). Audit fees after remediation of internal control weaknesses. *Accounting Horizons*, v. 25, n. 1, p. 87-105, 2011.

Naibei, I. K, Oima, D. O., Ojera, P. B., Owiye, O. P. (2014). Application of Business Risk Auditing among Audit Firms in Kenya. *International Multidisciplinary Journal*, 8(2), 325-342.

Naser, K., & Nuseibeh, R. (2008). Determinants of audit fees: empirical evidence from an emerging economy. *International Journal of Commerce and Management*, 17(3), 239-254.

Nunes, Ricardo Pereira. (2009). *Análise do Fluxo de Caixa em Risco para uma Empresa Produtora de Derivados de Petróleo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Owusu-Ansah, S., Leventis, S., & Caramanis, C. (2010). The pricing of statutory audit services in Greece. *Accounting Forum*, 34(2), 139-152.

Palmrose, Z. (1986). Audit Fees and Auditor Size: Further Evidence. *Journal of Accounting Research*, (Spring): 97-110.

Pearson, T., & Trompeter, G. (1994). Competition in the market for audit services: The effect of supplier concentration on audit fees. *Contemporary Accounting Research*, 11(1), 115-135.

Pereira, José Matias. (2006). Gestão do Risco Operacional: uma avaliação do novo acordo de capitais – Basiléia II. *Revista de Contabilidade Contemporânea*. Ano 3, v.1, p.103-124. nº6, jul-dez.

- Perez Junior, José Hernandez. (2012). *Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Pitela, A. C. et al. (2009). Gestão de riscos corporativos: uma análise da percepção dos gestores das empresas paranaenses. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 3.; 2009. Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2009. p. 1-15.
- Quintas, T. T.; Spessatto, G.; Fernandes, F. C. (2009). Análise da produção científica sobre gestão de risco na Revista Contabilidade e Finanças de 1989 a 2008. In: XII SEMEAD, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paul. v. 1, p. 1-15.
- Ramos, F., & Caramori, R. (2017). Relation between the Market Risk and the Quality of Accounting Information for the Brazilian Financial Institutions. *Revista de Administração FACES Journal*, 16(4), 85-101.
- Rusmanto, T., and Waworuntu, S.R. (2015). Factors influencing audit fee in Indonesian publicly listed companies applying GCG. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 172, 63-67.
- Sahnoun, M., & Zarai, M. (2009). Auditor-auditee negotiation outcome: effects of auditee business risk audit risk and auditor business risk in Tunisian context. *Economic Research Forum*, 467, 1- 29.
- Sandra, W. M., & Patrick, P. H. (1996). The deteminants of audit fees in HongKong: An empirical study. *Asian Review of Accounting*, 4(2), 32-50.
- Santos, L. M. D., & Ferreira, M. A. M. (2009). Risco de liquidez e condicionantes da gestão de capital de giro em micro e pequenas empresas. *Revista Economia & Gestão*, 9(21), 76-99.
- Santos, A.; Grateron, I. R. G. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(32), 07-22.
- Silva, M. B., Grigolo, T. M. (2002). *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II*. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc.
- Simon, D. T., & Francis, J. R. (1988). The effects of auditor change on audit fees: Tests of price cutting and price recovery. *Accounting Review*, 255-269.
- Simon, D. and M. H. Taylor. (1997). The Market for Audit Services in Pakistan. *Advances in International Accounting*, 10: 87-101.
- Simunic, D. A. (1980). The pricing of audit services: Theory and evidence. *Journal of accounting research*, 161-190.
- Siregar, S. V., Amarullah, F., Wibowo, A., & Anggraita, V. (2012). Audit tenure, auditor rotation, and audit quality: the case of Indonesia. *Asian Journal of Business and Accounting*, 5 (1), 55-74.
- Smith, P. G.; Merritt, G. M. (2002). *Proactive risk management: controlling uncertainty in product development*. New York: Productivity Press.

- Sousa, R. G. de; Souto, S. D. A. S.; Nicolau, A. M. (2017). Em um mundo de incertezas: um survey sobre controle interno em uma perspectiva pública e privada. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 155-176, abr.
- Sousa, R. G.; Vasconcelos, A. F. de; Paulo, E.; Monte, P. A. de. (2012). A evolução da transparência sobre risco operacional nas instituições financeiras brasileiras: uma análise de 2007 a 2011. *Registro Contábil*, v. 3, n. 1, p. 1-16.
- Sun, J., Liu, G. (2011). "Client-specific litigation risk and audit quality differentiation". *Managerial Auditing Journal*, 26(4), 300–316.
- Tagesson, T., Blank, V., Broberg, P., Collin, S.O. (2009). What explains the extent and content of social and environmental reporting in Swedish listed corporations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16, pp. 352-364.
- Taylor, M., Simon, D. T. & Burton, F. (1999). A Survey of Audit Pricing in South Korea. *Research in Accounting Regulation*, Vol. 13, pp. 201–207.
- Teixeira Neto, O. A.; Araújo, V. P. (2007). *Implementando um modelo de gerenciamento corporativo de riscos de sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos*. jun. 2007.
- Trapp, Adriana Cristina Garcia; Corrar, Luiz J. (2005). Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. *Revista Contabilidade e Finanças*. USP-SP, n. 37, p. 24-36, Jan./abr.
- Tsui, J. S. L., Jaggi, B. & Gul, F. A. (2001). CEO domination, growth opportunities, and their impact on audit fees. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 16(3), 189-208.
- Ulhaq, A., & Leghari, M. (2015). Determinants of audit fee in Pakistan. *Research Journal of Finance and Accounting*, 6(9), 176-188.
- Urhoghide, R. O., & Izedonmi, F. O. (2015). An Empirical Investigation of Audit Fee Determinants in Nigeria. *International Journal of Business and Social Research*, 5(8), 48–58.
- Vello, A. P. C., & Martinez, A. L. (2014). Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 117-140.
- Vidal, D.C.; Silva, A. H. C. e. (2016). A percepção dos auditores externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 57-67, set./dez.
- Vinnari, E.; Skaebaek, P. (2014). The uncertainties of risk management: A field study on risk management internal audit practices in a Finnish municipality. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 27, n. 3, p. 489-526.
- Viviani, S.; Fernandes, F. C. (2014). Qualidade da evidenciação de passivos contingentes relacionados ao risco legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. Encontro da ANPAD, 2014, 38. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: RJ.

Wang, P., (2009). Investor protection, agency cost and corporate performance. *Economic Research Journal*, 2, pp. 68-82.

Wang, P., Zhou, L.A. (2006). Control right, ownership of large shareholder and corporate performance. *Journal of Financial Research*, 2, pp. 88-98.

Watts, R. L.; Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice-Hall.

Zonatto, V. C. S., & Beuren, I. M. (2010). Categorias de riscos evidenciadas nos relatórios da administração de empresas brasileiras com ADRS. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 12(35), 141-155.

Zonatto, V. C. S., & Beuren, I. M. (2012). Evidenciação das características básicas recomendadas pelo COSO (2004) para a gestão de riscos em ambientes de controle no relatório da administração de empresas brasileiras com ADRs. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 10(1), 77-98.